



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Vara do Trabalho de Caraguatatuba

Outubro/2024





SOS/RS-15

Chave PIX
falecom@amatraxv.org.br



Em nome de "AMATRA XV"





SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiências e Produtividade	15
Fase de Conhecimento	29
Fase de Cumprimento de Sentença	34
Metas CNJ	45
Arrecadação	48
Deliberações Finais	49



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência o Desembargador Vice-Corregedor **Manoel Carlos Toledo Filho**

Em 22 de Outubro de 2024, Sua Excelência o Desembargador **MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 14/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 21/8/2024, página 117.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini
Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luiz Antônio Bueno
Marcos Antônio Mendes
Maria Luísa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade.**



Vara do Trabalho de Caraguatatuba

PJeCOR	
0000536-13.2021.2.00.0515	22 de Outubro de 2024
	Juíza Titular Valéria Cândido Peres Juiz Substituto em auxílio fixo Alexandre Klimas

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da Vara do Trabalho de Caraguatatuba: Edgar Imatomi Schmidt, Adriane Bizarri, Sérgio Matos Chaves de Oliveira Braga, Jonas Castaman Alberti, Raul Gil Barbosa Sanches, Dr. Alexandre Klimas (Juiz Substituto em auxílio fixo), Eduardo Alexandre Carvalho de Andrade, Thaís Cardeliqio Gonçalves Domingues, Andrea Mary Sardinha Perez de Oliveira, Renato Silveira Souza, Dra. Valéria Cândido Peres (Juíza Titular) e Mário Sérgio Guerreiro Franco. Não estão na foto: Rildo Aparecido Correia de Carvalho, Roberta Cristina Barreto Teixeira Pedro.

Lotação atual da Unidade:	8 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (sem adicional):	9 servidores
⚠️ “DELTA” da Vara:	- 1
Lotação atual de Oficiais de Justiça	2 oficiais
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019	2 oficiais
⚠️ “DELTA” dos Oficiais de Justiça:	DE ACORDO



Vara do Trabalho de Caraguatatuba

- A servidora Adriane Bizarri é assistente da Juíza Titular Valéria Cândido Peres, e não atua em teletrabalho. A servidora Andrea Mary Sardinha Perez de Oliveira é assistente do Juiz Substituto em auxílio fixo Alexandre Klimas, e não atua em teletrabalho.
- Não há servidores atuando em regime de teletrabalho.
- Os oficiais de justiça Eduardo Alexandre Carvalho de Andrade e Sérgio Matos Chaves de Oliveira Braga atuam na Unidade.
- Não há estagiários na Unidade.

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverão observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba



Jurisdição: Caraguatatuba
Lei de criação nº: 7.729/89
Data de instalação: 24/8/1990

Informações da localidade:

Localizado no litoral norte do estado de São Paulo, Caraguatatuba é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022 totaliza 134.873 pessoas.



Fonte: <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/2024>

#ParaTodosVerem: foto da cidade



Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Caraguatatuba.

Faixa de Movimentação Processual [1001 a 1500 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.

Em 2024, até o mês de agosto, foram distribuídos 1.255 processos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "*regere*", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 3 a 11/10/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 8/2022 a 9/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 12/2023 a 8/2024.



Consulte o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

	O número de audiências telepresenciais realizadas é compatível com o número de processos com adesão ao “Juízo 100% Digital”.
	Necessidade de gerir a pauta de audiências com foco na contenção do aumento das audiências canceladas.
	Necessidade de criação e ativação da “Sala 2 - Auxiliar”, enquanto permanecer a atuação de Juízo Substituto em auxílio fixo.
	Necessidade de conduzir a gestão da tarefa “Triagem inicial”, com foco em redução do lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da audiência.
	Necessidade de designação da audiência em prosseguimento para instrução do feito, no mesmo ato em que deferida a produção da prova técnica por perícia, sem adiamento sem data, salvo exceções normativas.
	Fazer constar da ata ou do termo de audiência, o registro do comparecimento do magistrado, do membro do Ministério Público, das partes das testemunhas e dos advogados, indicando, ainda, a forma de participação de cada um deles, se presencial ou, se digitalmente, a modalidade por videoconferência ou telepresencial.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba

✓	Implantação da utilização de <i>link</i> único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais.
✓	Aumento na solução dos processos da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, por conciliação em relação ao período correicional anterior.
✓	Houve aumento da quantidade de processos solucionados comparados com o período correicional anterior, com redução dos pendentes de solução, corroborando com a melhora da taxa de produtividade.
⚠	Necessidade de gerir o acervo de processos pendentes de solução, diante da elevação de processos recebidos.
⚠	Necessidade de gerir a pauta de audiências, com foco na redução do acervo de processos que aguardam a realização da primeira audiência.
✓	Redução do prazo médio acumulado da fase de conhecimento, resultante da maior agilidade na condução dos processos até o encerramento da instrução.
⚠	Há processos vencidos aguardando prolação de sentença.
✓	Aumento na quantidade de processos baixados, reduzindo os pendentes de baixa e a taxa de congestionamento na fase de conhecimento, em relação ao período anterior.
⚠	Necessidade de regularizar os dados cadastrais das partes no sistema PJe.
✓	Redução da idade média e do prazo médio dos processos da etapa execução forçada.
⚠	Necessidade de que a suspensão das etapas de liquidação e de execução forçada ocorra com o encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento" e não por arquivamento provisório.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba

	Necessidade de condução da gestão para elevar a quantidade de processos baixados na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, ensejando a redução da taxa de congestionamento na fase.
	Necessidade da pronta observância de que as liberações ou transferências ocorram, obrigatória e exclusivamente, por meio do sistema PJe-SIF ou SISCONDJ.
	Necessidade de registrar as obrigações de pagar no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
	Considerar a utilização de ferramentas GIGS, com a nomenclatura de nova atividade, na forma do normativo.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio SISBAJUD, bem como de bloqueios efetivados, mas pendentes de desdobramento.
	Necessidade de melhor gerir o acervo e o prazo para análise dos mandados devolvidos.
	Necessidade de indicação da quantidade e natureza do deslocamento na certidão de devolução do mandado, para fins de apuração das obrigações de pagar pela Unidade.
	Necessidade de reformular o prazo parametrizado pela Ordem de Serviço local, que não poderá exceder 30 (trinta) dias, em processos da fase de execução, especialmente no cumprimento de mandados.
	Necessidade de adequação dos procedimentos para realizar o sequestro de valores, em caso de não pagamento tempestivo da requisição de pequeno valor pelo ente público, conforme determinado na Ata de Correição Ordinária deste Regional, no ano de 2024.
	Necessidade de corrigir a utilização e otimizar o gerenciamento do Sistema GPrec, procedendo-se aos desdobramentos necessários antes, durante e após o efetivo pagamento.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba



Meta 1, Meta 2 e Meta 5 do CNJ foram cumpridas, sendo que o cumprimento da Meta 5 ocorreu em razão da satisfação das cláusulas de barreira.





A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



#ParaTodosVerem: infográfico com os resultados dos cinco mesoindicadores do IGEST da Unidade.



O infográfico traz o resultado do IGEST ao centro e os mesoindicadores que o compõem ao redor (Acervo, Força de Trabalho, Celeridade, Congestionamento e Produtividade).



O resultado IGEST da Unidade teve variação influenciada, especialmente, pelos mesoindicadores Acervo (processos pendentes e processos pendentes de julgamento com prazo vencido), Celeridade (aumento dos prazos médios de todas as fases) e Produtividade (taxas de conciliação, solução e execuções encerradas).



VALE LEMBRAR

- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo.
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.

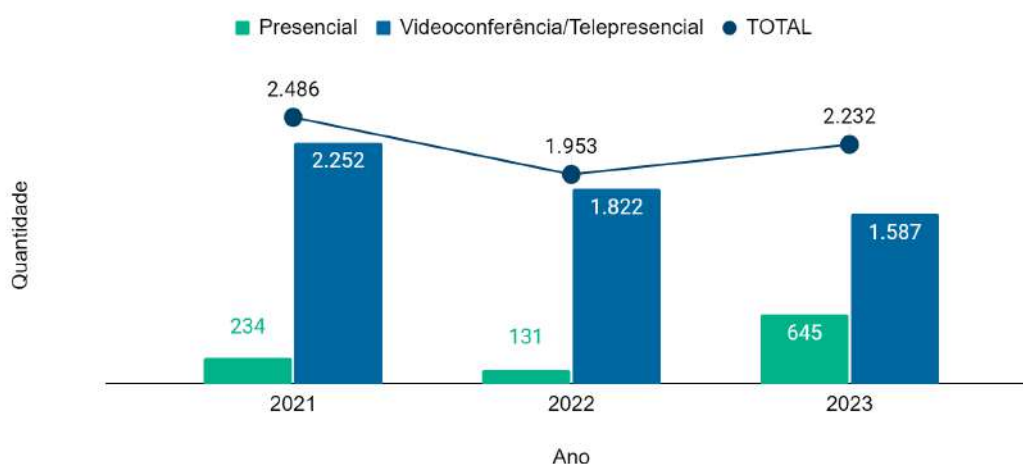


3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



Informação da Unidade: Definimos como telepresenciais os processos que tramitam no 100% Digital; presenciais são as demais, em que essa opção não é assinalada pelo reclamante ou quando a reclamada não concorda com o trâmite 100% digital.



Atualmente, estão em andamento 1.376 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 872 estão na fase de conhecimento.



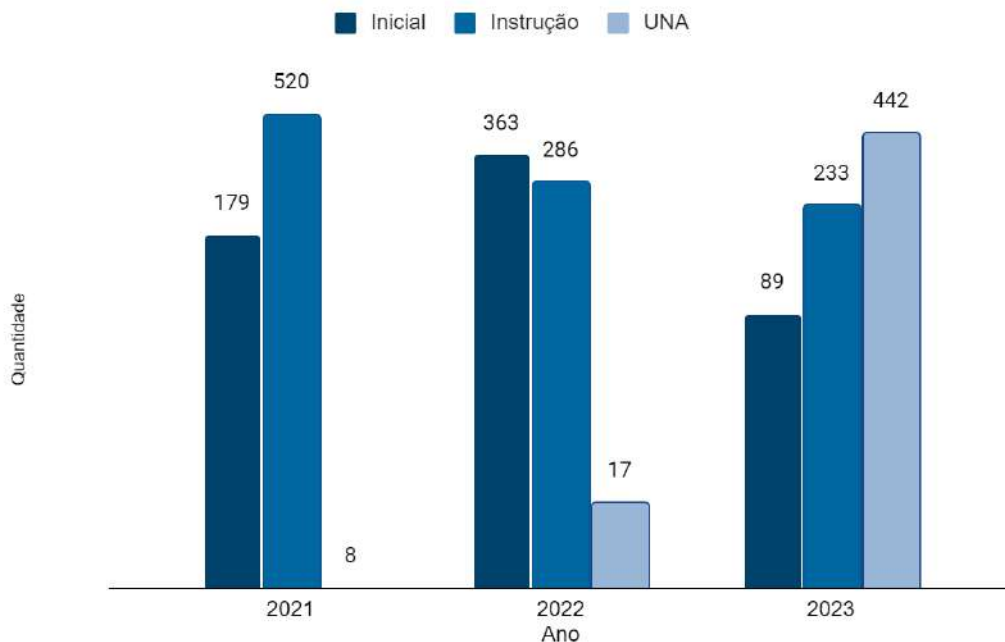
3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba



O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



A quantidade de audiências canceladas superou as quantidades dos últimos dois anos, com consequente retrabalho para a Secretaria.



O número de audiências canceladas se deve a ajuste de pauta para otimização ou em virtude de notificações devolvidas.



Quando uma audiência é cancelada, há redesignação para as seguintes datas:

- Iniciais do rito sumaríssimo: 25/11/2024
- Iniciais do rito ordinário: 26/11/2024
- Unas do rito sumaríssimo: 25/11/2024
- Unas do rito ordinário: 26/11/2024
- Instruções do rito sumaríssimo: 25/11/2024
- Instruções do rito ordinário: 26/11/2024.

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.



3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 4/10/2024, por amostragem, referente à semana de 4 a 8/11/2024

	Sala 1		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	-	-	-
UNA (Ord/Sum)	3	14	17
INS (Ord/Sum)	3	3	6
Conciliação (CON)	-	-	-
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-
TOTAL	23		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	✓	✓	✓	✓	✓

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.

	Na Sala 1 - Principal estão designadas 23 audiências.
	Utilização compartilhada da "Sala 1 - Principal", pelo Juiz Substituto em Auxílio fixo, em vez da criação de "Sala 2 - Auxiliar".
	A ausência de "Sala 2 - Auxiliar" para atuação do Juiz Substituto em Auxílio fixo impossibilita a adequada análise da pauta de audiências.
	A Juíza Titular e o Juiz Substituto em auxílio fixo dividem a Sala 1 - Principal, uma vez que realizam audiências em dias alternados.
	Na ata correicional anterior já constou a necessidade de criação da "Sala 2 - Auxiliar" a fim de atender a OS CR nº 3/2021.



3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 4/10/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
	SALA 1 - PRINCIPAL		
INICIAIS/Sum	-	-	-
INICIAIS/Ord	-	-	-
UNAS/Sum	66	55	28/11/2024
UNAS/Ord	70	53	26/11/2024
INSTRUÇÕES/Sum	58	41	14/11/2024
INSTRUÇÕES/Ord	72	55	28/11/2024
CONCILIAÇÃO	-	6	10/10/2024

#ParaTodosVerem: tabelas comparativas entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), na sala do juiz titular e por rito processual.

	Redução do prazo para a realização das audiências, desde a autoinspeção.
	A ausência de "Sala 2 - Auxiliar" para atuação do Juiz Substituto em Auxílio fixo impossibilita a adequada análise da pauta de audiências.



3.1.4.1. Idade Média dos Processos - Da Distribuição até a Prolação da Sentença

Fonte: Sistema e-SInCor

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS Da Distribuição até a Prolação da Sentença	
RITO	VALOR EM DIAS
Rito Sumaríssimo	60,63
Exceto Rito Sumaríssimo	123,49

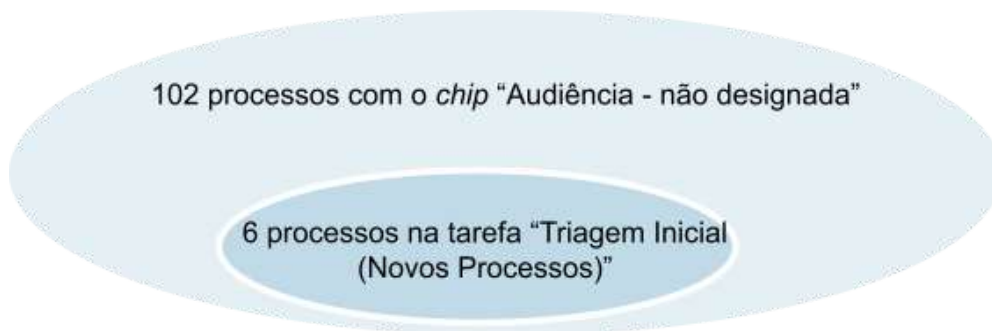
#ParaTodosVerem: tabela contendo a idade média dos processos, informando a duração, em dias, da distribuição até a prolação da sentença, por rito processual.



Na tabela acima, a idade média do acervo de processos distribuídos até a prolação de sentença, por rito, na Unidade.

3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 7/10/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba



Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público não são incluídos em pautas de audiências apenas no caso de matéria de direito. Em caso de perícia, são incluídos como audiência UNA. São realizados encaixes e esse tipo de processo entra sempre em pauta em um prazo de 30/60 dias. Isso é feito para a tentativa de acordo, para delimitar o local da perícia e sanear qualquer problema no processo. Também pode acontecer de o reclamante desistir da perícia e o processo já é instruído e concluso para julgamento.

O percentual de processos com ente público é em torno de 20%.



Há seis processos na tarefa “Triagem Inicial”, o mais antigo 0011536-34.2024.5.15.0063 datado de 19/9/2024.



Diversos processos pendentes de inclusão em pauta, tais como, 0011629-94.2024.5.15.0063 - concluso para decisão de pedido de tutela - e 0011210-74.2024.5.15.0063 - aguardando apresentação de quesitos pela reclamada.



Na ata correicional anterior já constou a necessidade de designação de audiências, inclusive, daquelas em prosseguimento.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.



3.1.6. Agenda do Magistrado

Fonte: Agenda institucional dos Magistrados (consulta em 7/10/2024)

	Clique aqui para a agenda da Juíza Titular Clique aqui para a agenda do Juiz Substituto em auxílio fixo
---	--



A Juíza Titular informou trabalho presencial em três dias da semana durante o ano de 2024 e o Juiz Substituto em auxílio fixo informou trabalho presencial em cinco dias da semana.



As informações referentes à escala de comparecimento à unidade jurisdicional a que estão vinculados deverão ser prestadas mensalmente, até o dia 20 de cada mês, relativamente ao mês subsequente, conforme dispõe o normativo regional.

3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
	Na ata de audiência dos processos 0011217-66.2024.5.15.0063 e 0010458-39.2023.5.15.0063 não constou a forma de participação das partes e magistrado.		Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Caraguatatuba



Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência



Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba



Desde a pandemia, passaram a utilizar o *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais. Configuraram a sala de espera de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem. O secretário de audiências registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real.



Consulta por amostragem na pauta do dia 24/10/2024, nos processos 0010823-59.2024.5.15.0063 e 0011561-47.2024.5.15.0063, cujas audiências foram designadas em 9 e 29/9/2024, respectivamente, corroboram a informação do uso do *link* único.

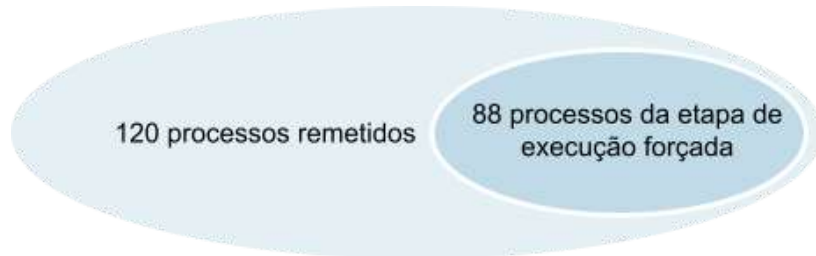
VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
- Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
 - I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.



3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-SInCor, itens 90430, 90434 e 90438 do e-Gestão - CEJUSC-JT de São José dos Campos



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.



O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Envio de quantidade significativa de processos ao longo do período correicional, para inclusão em pauta de audiências no CEJUSC, com predominância de processos da etapa de execução forçada em relação à fase de conhecimento.



O CEJUSC tem sido utilizado quando há bens penhorados e/ou quando é do conhecimento do juízo que a reclamada é propensa a realizar acordo.

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.



3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

47% → 47%
Taxa de Conciliação Líquida

Proporção entre acordos homologados e processos solucionados, excluídas as desistências e arquivamentos.



A manutenção da quantidade de acordos homologados em relação ao total de soluções resultou na estagnação da Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.

Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: Sistema e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

Período Correicional	8/2022 a 9/2023	12/2023 a 8/2024
Acordos Realizados	867	611
Média Mensal de Conciliação	61,92	67,88



Elevação na média mensal de acordos homologados na fase de conhecimento em relação ao período anterior



VALE LEMBRAR

- Processo com homologação de acordo na fase de conhecimento, com solução para todas as partes, ou após sentença, antes do trânsito em julgado, será encaminhado à etapa de liquidação.
 - seguir-se-á a movimentação no sistema PJe para “controle de acordos”, automatizada para o movimento “15238 - Suspenso o processo por homologação de acordo ou transação”.
 - não haverá decisão homologatória de acordo ou de cálculos para fins estatísticos, porquanto já ocorreu na fase de conhecimento.
 - satisfeito o acordo, ocorrerá a extinção da fase de cumprimento de sentença.
- Na hipótese de acordo parcial quanto às partes - sem exclusão de partes remanescentes, em que reste discussão de subsidiariedade/solidariedade (caso de descumprimento do acordo), registrar-se-á:
 - movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito (“classe processual”) de “nome da parte” com “resultado do julgamento”, e o valor para o complemento “resultado do julgamento” 7707 - homologação da transação, com suspensão do processo:
 - movimento “11013 - Suspenso o processo por convenção das partes”.

3.2.2. Acordos em Execução

Quantidade de Acordos na fase de Cumprimento de Sentença - Etapa da Execução Forçada

Fonte: Sistema e-SInCor, item 90.378 do e-Gestão

Período Correicional	8/2022 a 9/2023	12/2023 a 8/2024
Acordos Realizados	73	70
Média Mensal de Conciliação	5,21	7,77

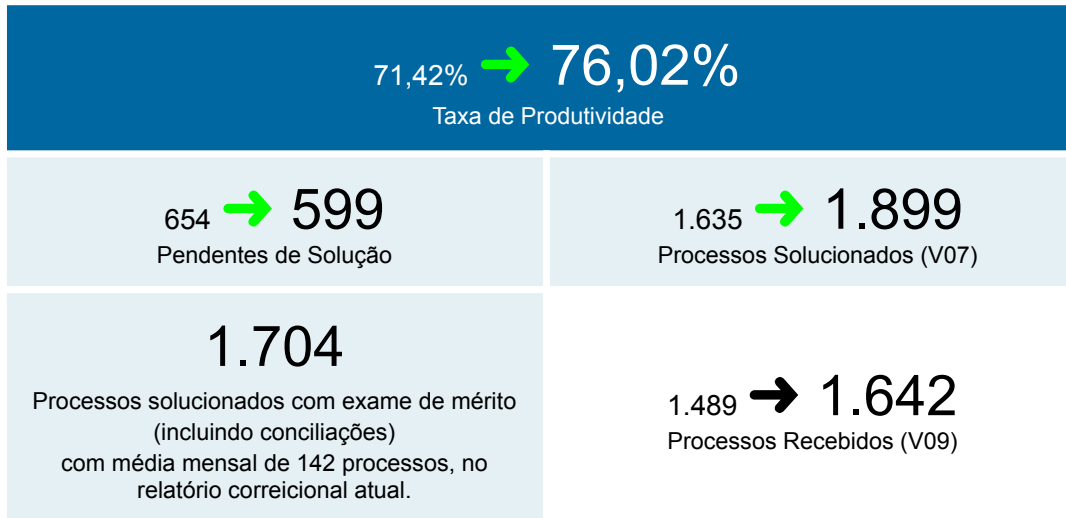


Constata-se ampliação na média mensal de acordos homologados na fase de execução - etapa de execução forçada em relação ao período anterior.



3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 10.1 e 13 e IGEST - TST.



✓	A variação favorável da taxa de produtividade foi resultado da elevação de processos solucionados, que causou a redução de pendentes de solução.
✓	A quantidade de processos solucionados é maior do que a quantidade de processos recebidos, resultando na melhora da taxa de solução.
⚠	Elevação de 1.489 para 1.642 processos recebidos.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribui para a Taxa de Produtividade.



3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - item 90.055



Foram proferidas cinco sentenças líquidas no último período correicional.



A Unidade afirmou que não profere sentenças líquidas.

VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.

3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
Incidentes na liquidação / execução	121	121	11

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.

VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.



4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e relatório e-SInCor, variável 90.393 (processos conclusos com prazo vencido)

1.827 → 1.807 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
254 → 285 Processos Aguardando a 1ª Audiência	313 → 210 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
44 → 32 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	137 → 85 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
82 → 54 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	199 → 112 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
8 → 11 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (90.393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



Redução dos processos pendentes de finalização no presente período correicional em relação ao anterior, assim como dos processos que aguardam o encerramento da instrução.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba



Redução da idade média, bem como do prazo médio desde a distribuição até a realização da 1ª audiência e também até o encerramento da instrução, comparados ao período correicional anterior. Demonstra que houve adequada gestão do acervo e priorização dos mais antigos, com reflexos positivos no equilíbrio das quatro variáveis, nada obstante a realização de número menor de audiências.



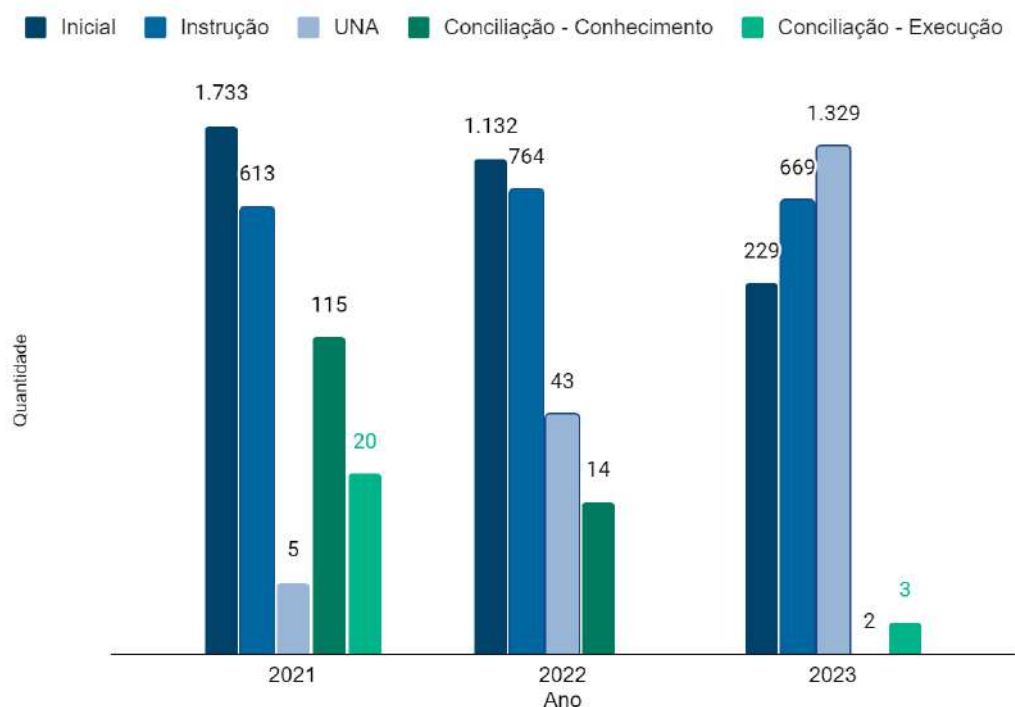
Elevação na quantidade de processos conclusos para julgamento com prazo vencido.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos conclusos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.





Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.

4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: IGEST - TST.

**Prazo Médio
na Fase de Conhecimento
(em dias) (V04)**

214 → 162,98



Significativa diminuição do prazo médio na fase de conhecimento, resultante da redução do intervalo de tempo (em dias corridos) entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença.

VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: Relatório correicional, item 4.1 e IGEST - TST.

32,66% → 25,15%
Taxa de Congestionamento

863 → 716
Pendentes de Baixa (V02)

1.779 → 2.130
Processos Baixados (V12)

1.489 → 1.642
Processos Recebidos (V09)





A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação ou da etapa de execução forçada ou arquivamento definitivo.



Aumento dos processos baixados em relação aos recebidos no mesmo período, o que mostra foco nas atividades residuais pós-sentença. Consequentemente, observa-se redução do congestionamento da fase.

VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem.



Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário e agravo de petição, respectivamente, dos processos 0010452-95.2024.5.15.0063 e 0010729-24.2018.5.15.0063.



A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0010801-98.2024.5.15.0063.



No processo 0011092-98.2024.5.15.0063 foi observada a indicação exata do local da perícia, bem como do objeto a ser periciado.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba

	Constata-se a ausência do CPF da reclamada no cadastro do sistema PJe no processo 0011393-45.2024.5.15.0063.
	Verifica-se o cadastramento de nova atividade de GIGS "ACORDO", "conh - acordo" no processo 0010452-32.2023.5.15.0063.
	Verifica-se o cadastramento de nova atividade de GIGS obrigatório no processo 0011357-03.2024.5.15.0063, o qual aguarda razões finais desde 2/10/2024.

VALE LEMBRAR:

➤ O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.

➤ No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes.

Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.



5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: relatório correicional, item 4.2 e e-Gestão

516 → 558
Pendentes de finalização

55,8 → 64,02
Prazo Médio na Liquidação (em dias) (90.417)

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.



Há seis processos arquivados provisoriamente na liquidação.



5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório correicional, itens 4.3, e 6.3, e sistema e-Gestão



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.



Elevação do número das execuções encerradas, frente à quantidade de execuções iniciadas.



A ligeira redução da idade média e do prazo médio dos processos da execução sinalizam que a Unidade encerrou processos antigos na fase.



Elevação do número de execuções pendentes de extinção comparado ao ano anterior.





Quatro processos mais antigos da fase são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempos de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório correicional, item 4.4

167 → 101

Processos da execução no Arquivo Provisório



Permanência de processos arquivados provisoriamente, apesar da redução desse acervo.

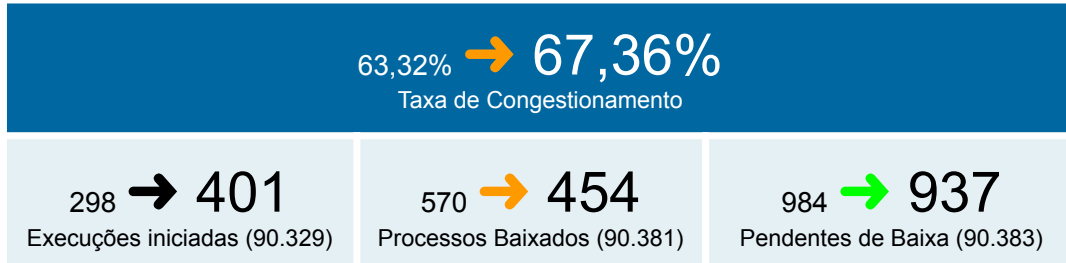
VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.



5.3. Congestionamento - Etapa de Execução Forçada

Fonte: Sistema e-Gestão.



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.

✓	O número de execuções baixadas foi superior ao número de execuções iniciadas.
✓	Ligeira redução dos processos pendentes de baixa.
⚠	Redução dos processos baixados frente às execuções iniciadas, que se elevaram em maior proporção, resultando no aumento do congestionamento na etapa em relação ao período anterior.

VALE LEMBRAR

- Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:
 - ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
 - ➔ redistribuição;
 - ➔ arquivamento definitivo.



5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

→ Processos localizados por amostragem.

	Houve transmissão das ordens de liberação de valores do processo 0011371-89.2021.5.15.0063 por meio do sistema SIF.
	Não houve transmissão das ordens de liberação de valores dos processos 0011069-94.2020.5.15.0063 e 0010598-78.2020.5.15.0063 por meio do sistema SISCOVDJ, e dos processos 0010652-54.2014.5.15.0063 e 0010748-25.2021.5.15.0063 por meio do sistema SIF.
	No processo 0010757-55.2019.5.15.0063, existe comprovante de depósito pelo bloqueio via Bacenjud e determinação de liberação dos valores, mas verifica-se que o processo foi arquivado sem comprovante da liberação.
	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0010770-49.2022.5.15.0063 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0000040-57.2014.5.15.0063 em processo piloto, no entanto, não indicado, para otimização dos procedimentos executórios.
	Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento", no processo 0010323-66.2019.5.15.0063, pois foi reconhecida a execução frustrada.
	Suspensão da execução do processo 0010915-76.2020.5.15.0063, com encaminhamento para "Aguardando Final do Sobrestamento", após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
	Não consta da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas no processo 0010340-39.2018.5.15.0063.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba

	Constata-se a fixação de custas de execução no processo 0010730-72.2019.5.15.0063 após a expedição do auto de arrematação, contudo não houve a inclusão deste valor nas obrigações de pagar do processo
	Verifica-se o cadastramento de nova atividade de GIGS "LIQ - AGUARDANDO SOLUÇÃO DE OUTRO PROCESSO" no processo 0010751-72.2024.5.15.0063.
	Verifica-se o cadastramento de nova atividade de GIGS "EXE - sobrestar" no processo 0010090-06.2018.5.15.0063.
	Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0010245-33.2023.5.15.0063 foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.

5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 12/2023 a 8/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
43	15/2/2024	2391	15	17/4/2024

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.

	A ferramenta eletrônica está sendo utilizada imediatamente após a determinação.
	Necessidade de saneamento. Embora constem 43 processos com indicativo da expectativa de utilização do SISBAJUD, não há necessidade de uso da ferramenta, como por exemplo, no processo 0010652-15.2018.5.15.0063, em que o pagamento foi comprovado, e no processo 0010647-85.2021.5.15.0063 pendente de análise da certidão negativa da oficiala de justiça, porém ambos processos pendem com o chip "SISBAJUD - protocolar".



Vara do Trabalho de Caraguatatuba



Necessidade de saneamento. Dos 43 processos citados acima, 13 processos estão arquivados pendentes com o *chip* "SISBAJUD - protocolar", por exemplo, nos processos 0011739-30.2023.5.15.0063 e 0010219-98.2024.5.15.0063.



O processo com a ordem mais antiga pendente de desdobramento é 0011412-22.2022.5.15.0063.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.

5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painei do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de São José dos Campos (consulta em 9/10/ 2024)

Mandados expedidos pendentes de distribuição		Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo	Quantidade	Mais antigo
0	-	131	25/9/2023

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados expedidos pendentes de distribuição e devolvidos pendentes de apreciação.



A Unidade tem a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.



Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: RENAJUD, ARISP e INFOJUD (incluindo IRPF, DITR, DIMOB, DOI, DECRED)



Não consta da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas no processo 0010506-32.2022.5.15.0063.



VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.
- O uso efetivo e regular das ferramentas tecnológicas disponíveis para pesquisa patrimonial ajuda a garantir o êxito da etapa de execução forçada dos feitos e assegurar a prestação jurisdicional efetiva.

5.5. Oficiais de Justiça

5.5.1. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: Painel do sistema PJe da Central de Mandados Unificada de São José dos Campos (consulta em 9/10/2024)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Eduardo Alexandre Carvalho de Andrade	10	0
Sérgio Matos Chaves de Oliveira Braga	10	0
TOTAL	20	0

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades dos mandados pendentes de cumprimento, no prazo e com prazo vencido, por oficial de justiça.



O quadro acima representa o volume de trabalho recebido pelos Oficiais e pendente de cumprimento.



O sistema PJe considera o prazo de 30 dias para o cumprimento das diligências pelos oficiais de Justiça, destacando em “vermelho” aquelas que ultrapassarem referido prazo. Entretanto, a apuração de eventual atraso deve ser analisada à luz da parametrização local.



Vara do Trabalho de Caraguatatuba



O prazo para cumprimento das diligências está definido no artigo 25 da Ordem de Serviço nº 1/2024 (parametrização local da Vara do Trabalho de Caraguatatuba) nos seguintes termos: 60 dias para mandados de pesquisa com pequena e média complexidade e 90 dias para mandados de maior complexidade, assim entendidos aqueles com mais de 10 investigados. Logo abaixo, nesses termos, segue apontamento no que couber.



Não há diligências pendentes de cumprimento, com prazo vencido.



O prazo parametrizado por Ordem de Serviço local excede 30 (trinta) dias.



A gestão dos mandados pendentes de cumprimento é realizada através do uso do *chip* "mandado pendente".

5.5.2. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: Sistema SAOPJe - relatório diligências realizadas por período

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Eduardo Alexandre Carvalho de Andrade	294
Sérgio Matos Chaves de Oliveira Braga	304

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça e as quantidades de diligências realizadas.



A distribuição de diligências está igualitária.

5.6. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



A Unidade adota a venda de bens na modalidade direta e, atualmente, há dois corretores credenciados (no EXE-PJe - Pedro Carvalho Bueno e



Vara do Trabalho de Caraguatatuba

Samira Aparecida Portazio Santos), atuando na Jurisdição.



5.7. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC	O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.
	Há 3 processos aguardando a expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe, o mais antigo datado de 25/7/2024 (0011016-16.2020.5.15.0063).
	Necessidade de saneamento. Já houve expedição no processo 0010674-68.2021.5.15.0063, mas pende com o <i>chip</i> "RPV/Precatório - expedir".
	Não há diligências pendentes de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC.
	Por amostragem, observa-se no processo 0010652-15.2018.5.15.0063, que na RPV autuada em 22/1/2024, foi concedido prazo para comprovação de pagamento antes da determinação de sequestro do valor devido.
	Necessidade de saneamento do sistema GPREC em relação à baixa de RPV/Precatório por já quitados, como nos processos 0011069-94.2020.5.15.0063, 0010598-78.2020.5.15.0063 e 0010260-07.2020.5.15.0063 (este se encontra arquivado).

5.8. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 15/8/2024



#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de contas saneadas pela Unidade.





Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.

5.9. Projeto Efetiva

Desenvolvido em parceria com a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) e a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)

Gestão de execuções
Processos antigos
Diagnóstico
Treinamento, Qualificação, Escola Judicial
Eficiência
Soluções específicas

Programa Escola ao Vivo – Transmissão no YouTube - dia 25 de julho de 2024 e respectivo [link](#):



Apresentação (25/7/2024)

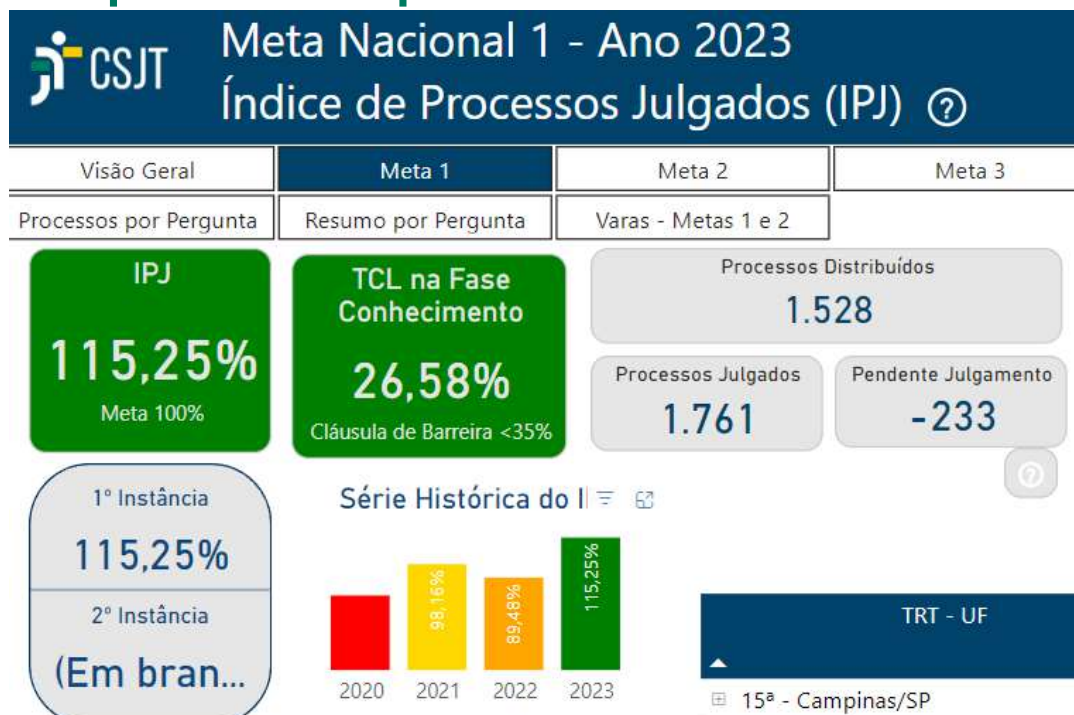
- Painel de BI da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e sua utilização para o Projeto Efetiva.
- Estrutura de execução do TRT da 15ª Região.



6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 3/10/2024

6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

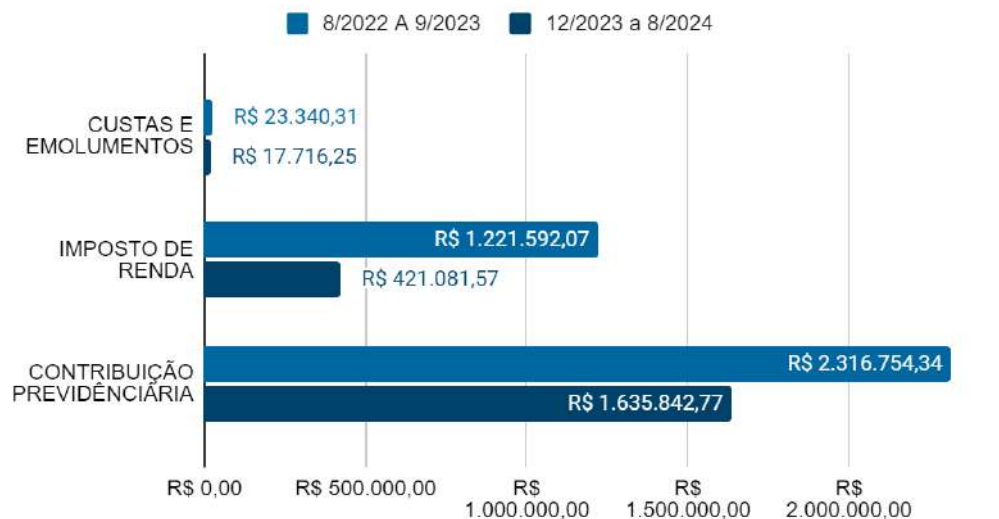


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.



8. DELIBERAÇÕES FINAIS

✓	Cumprimento da Meta 1, Meta 2 e Meta 5 do CNJ.
✓	Variação favorável das pendências de baixa na fase de conhecimento e na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
✓	Variação favorável do prazo médio na fase de conhecimento.
⚠	Variação não favorável da idade média do acervo de processos da distribuição, aguardando o encerramento da Instrução.
✓	Variação favorável da idade média do acervo de processos com execução iniciada, aguardando o encerramento.
⚠	Subsiste a necessidade de configuração de sala de audiência própria para a atuação de juízo substituto em auxílio, nos moldes da orientação da correição ordinária anterior.
⚠	Subsiste a necessidade de designação de audiência de Instrução no mesmo ato em que foi determinada a prova pericial, embora, também, tenha havido orientação nesse sentido na correição ordinária anterior.



As comparações acima foram realizadas entre os relatórios correicionais do ano 2023 e 2024. E, com base nisso, a Unidade utilizará o modelo completo de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).



Vara do Trabalho de Caraguatatuba

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.

MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.



Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:

Acessibilidade e Inclusão

Combatendo a Violência
contra as mulheres



Vara do Trabalho de Caraguatatuba



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Acessibilidade e Inclusão"



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Combatendo a Violência contra as mulheres"



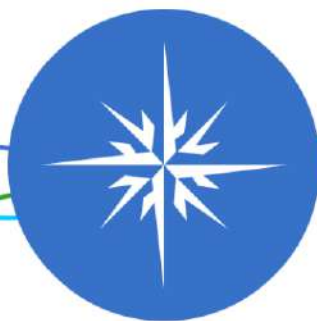


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026

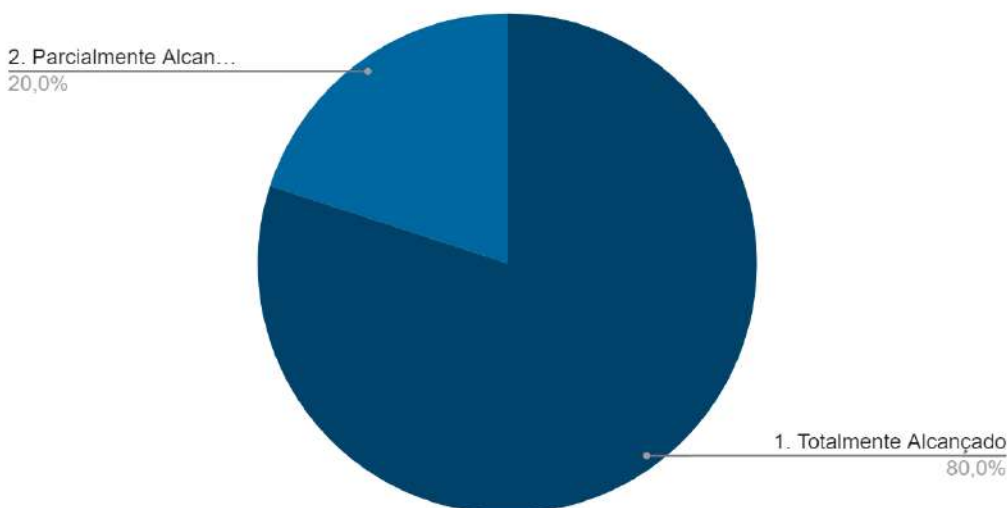


Ocorrências

	Participaram, presencialmente, a Juíza Titular Valéria Cândido Peres e o Juiz Substituto em auxílio fixo Alexandre Klimas.
---	--

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.

Atendimentos

Não houve.



Providências multidisciplinares

Não há.

Encerramento

Em 22 de outubro de 2024, às 16h40min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sergio Bertoldo Junior e Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência o Desembargador MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO Vice-Corregedor Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.





RELATÓRIO CORREICIONAL

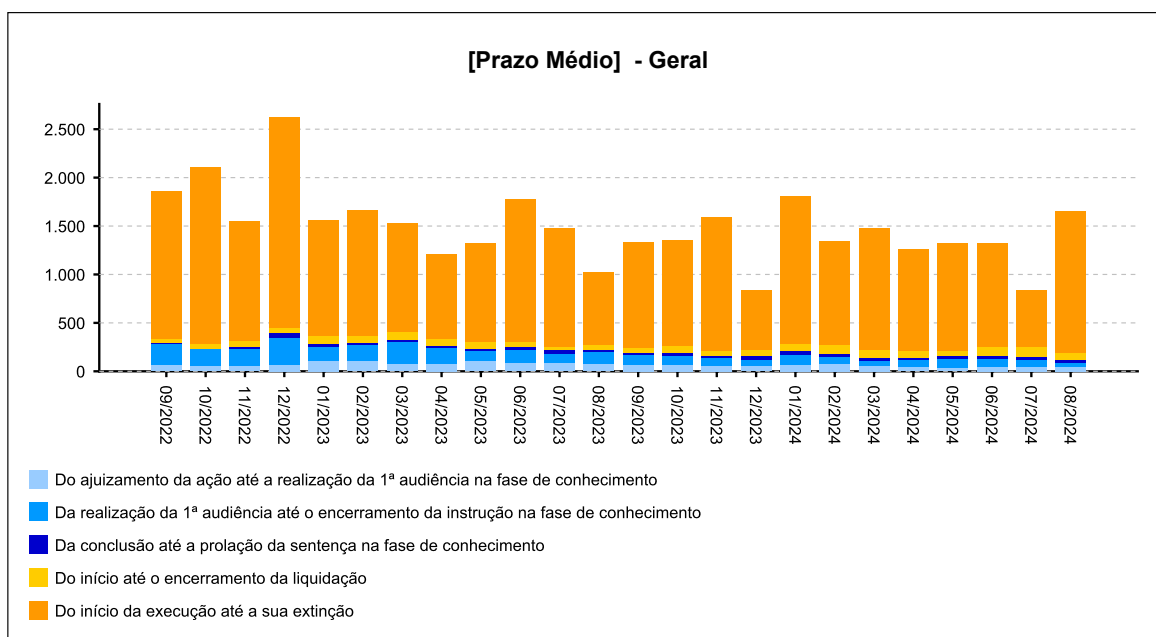
VARA DO TRABALHO DE CARAGUATATUBA - 0063
[1001 a 1500 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 7.729/89
Data de Instalação: 24/08/1990
Data de Instalação do PJE: 25/06/2014
Data da Última Correição: 05/12/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Índice

[1 - TITULARIDADE](#)

[2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)

[3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)

[3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)

[3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)

[3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)

[4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)

[5 - PRAZOS MÉDIOS](#)

[6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)

[7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)

[8 - RECURSOS](#)

[9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)

[10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)

[11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)

[12 - ARRECADAÇÃO](#)

[13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)

[14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
VALERIA CANDIDO PERES	19/10/2016

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
09/03/2024 a 16/03/2024	LICENÇA LUTO - MAGISTRADO - ATÉ 08 DIAS
22/06/2024 a 11/07/2024	FÉRIAS
15/07/2024 a 03/08/2024	FÉRIAS





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/12/2023 a 02/10/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ALEXANDRE KLIMAS	14/09/2022 a 03/10/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/02/2024 a 07/03/2024	FÉRIAS
24/08/2024 a 12/09/2024	FÉRIAS





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [31/08/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
EDGAR IMATOMI SCHMIDT	TJA	FC-04 CALCULISTA	22/04/2015
EDUARDO ALEXANDRE CARVALHO DE ANDRADE	AJ-OJA	-	02/03/2020
JONATAS CASTAMAN ALBERTI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	15/04/2015
MARIO SERGIO GUERREIRO FRANCO	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	08/02/2022
RAUL GIL BARBOSA SANCHES	TJA	FC-04 ASSISTENTE DE SECRETARIA	01/10/2007
RENATO SILVEIRA SOUZA	TJA	-	19/06/2023
RILDO APARECIDO CORREIA DE CARVALHO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	06/06/1997
ROBERTA CRISTINA BARRETO TEIXEIRA PEDRO	TJA	-	05/06/2023
SERGIO MATOS CHAVES DE OLIVEIRA BRAGA	AJ-OJA	-	null
THAIS CARDELIQUIO GONCALVES DOMINGUES	REQ	FC-02 ASSISTENTE	07/01/2008
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [12/2023 a 08/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
FOLGA COMPENSATÓRIA - INDETERMINADO	5
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	10
TOTAL	15





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [31/08/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

Não há estagiários na unidade





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [31/08/2024]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

SERVIDORES	HORAS
EDGAR IMATOMI SCHMIDT	20
JONATAS CASTAMAN ALBERTI	51
MARIO SERGIO GUERREIRO FRANCO	15
RILDO APARECIDO CORREIA DE CARVALHO	27
ROBERTA CRISTINA BARRETO TEIXEIRA PEDRO	82





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

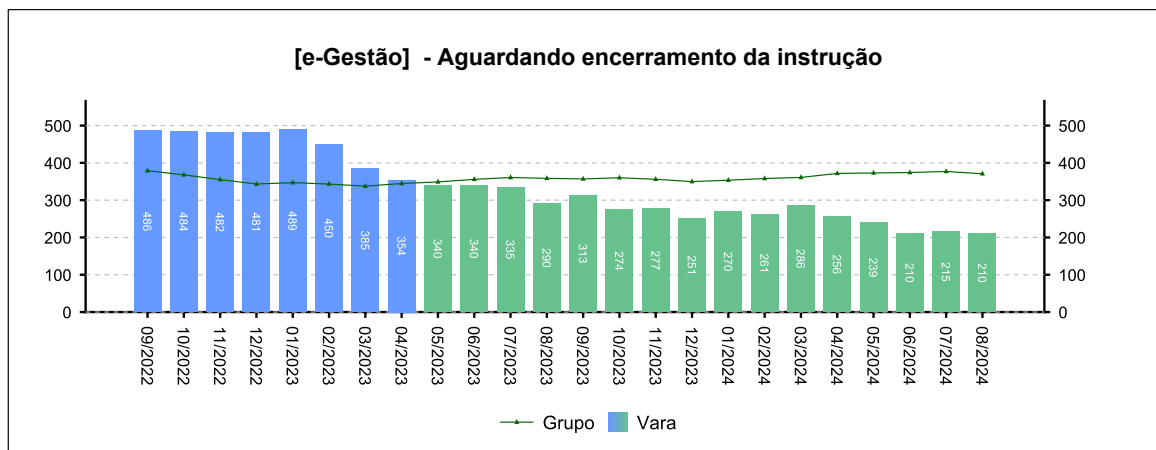
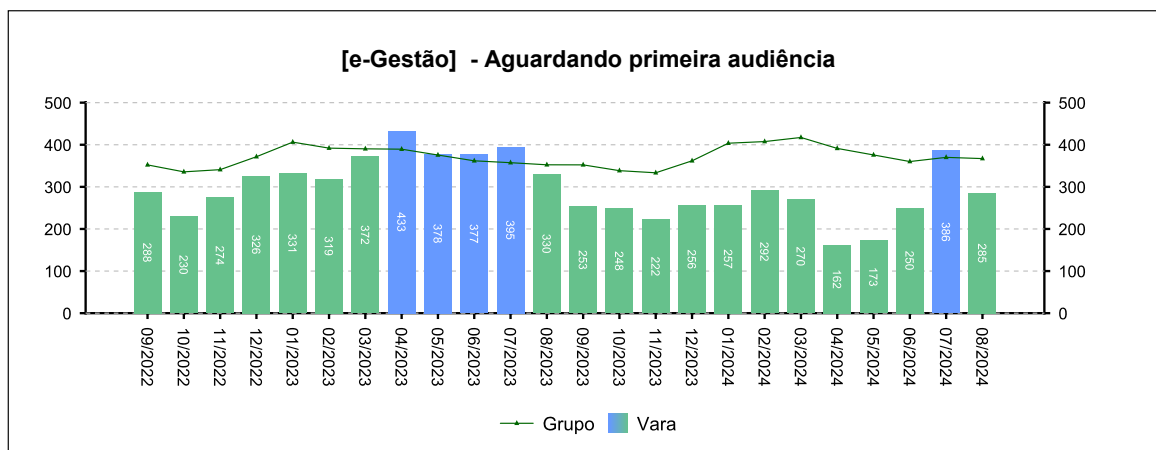
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	285	367	---
Aguardando encerramento da instrução	210	371	---
Aguardando prolação de sentença	104	64	---
Aguardando cumprimento de acordo	25	32	---
Solucionados pendentes de finalização na fase	1.183	861	---
Pendentes de finalização	1.807	1.695	---

Período: 12/2023 a 08/2024

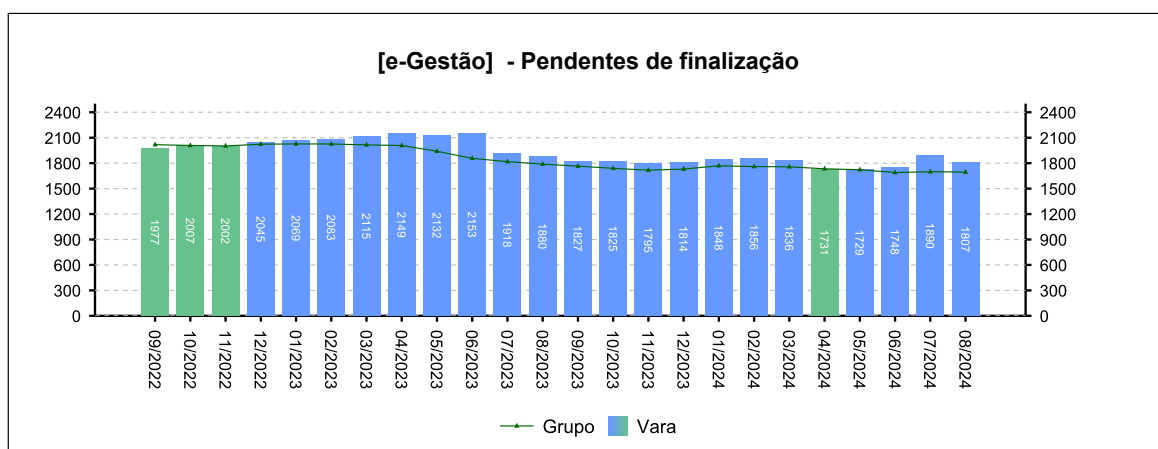
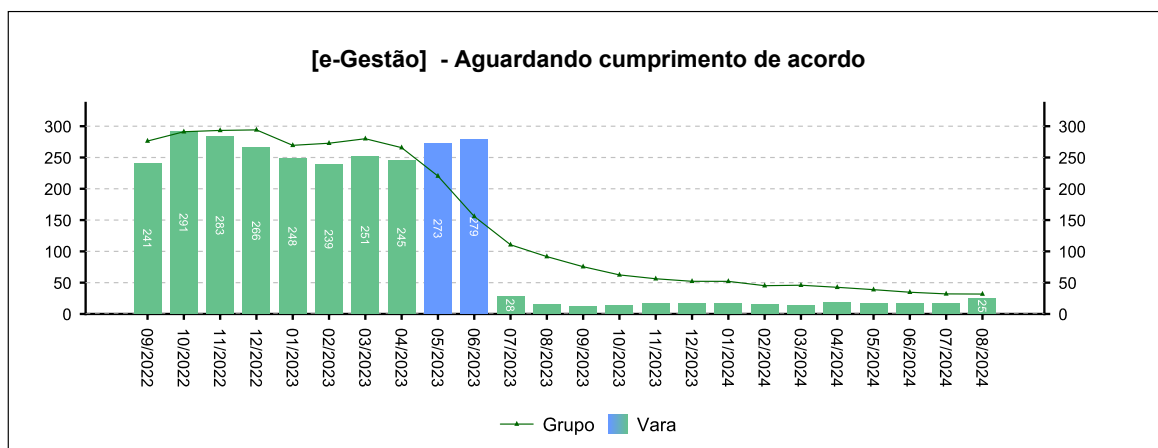
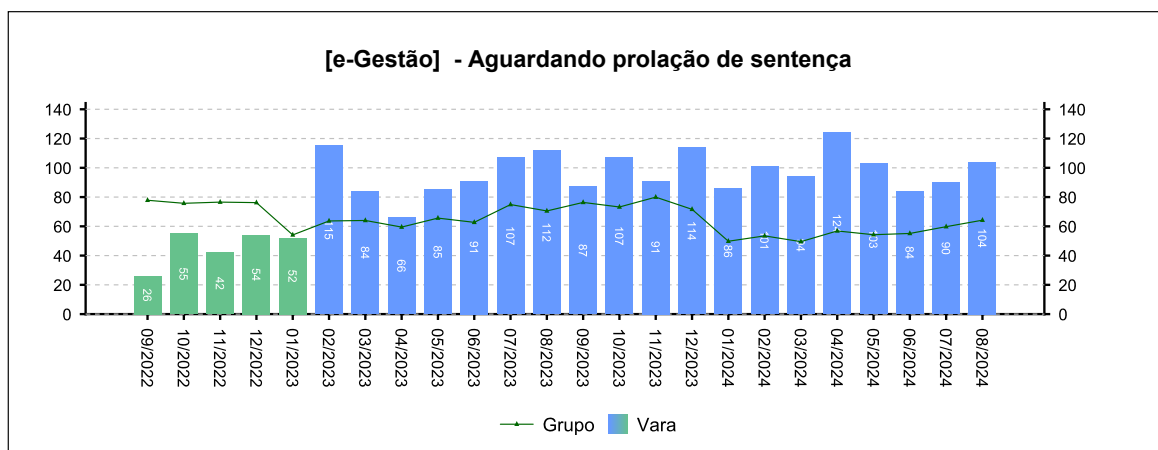




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





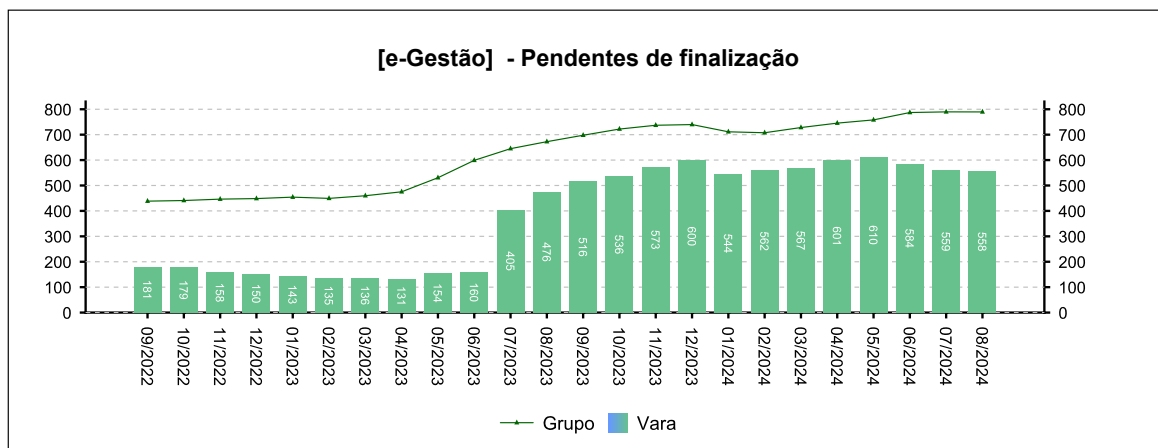
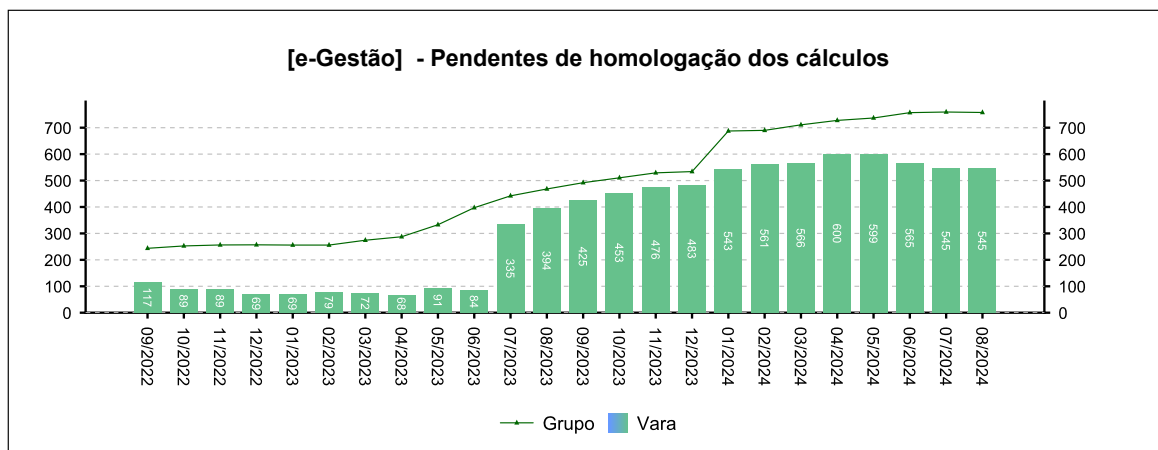
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	545	758	---
Liquidados pendentes de finalização na fase	13	32	---
Pendentes de finalização	558	790	---

Período: 12/2023 a 08/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





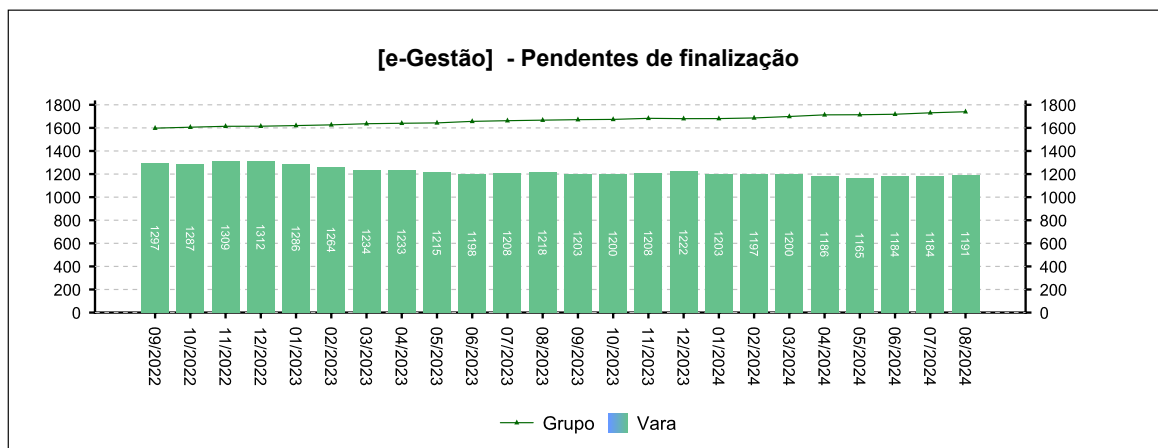
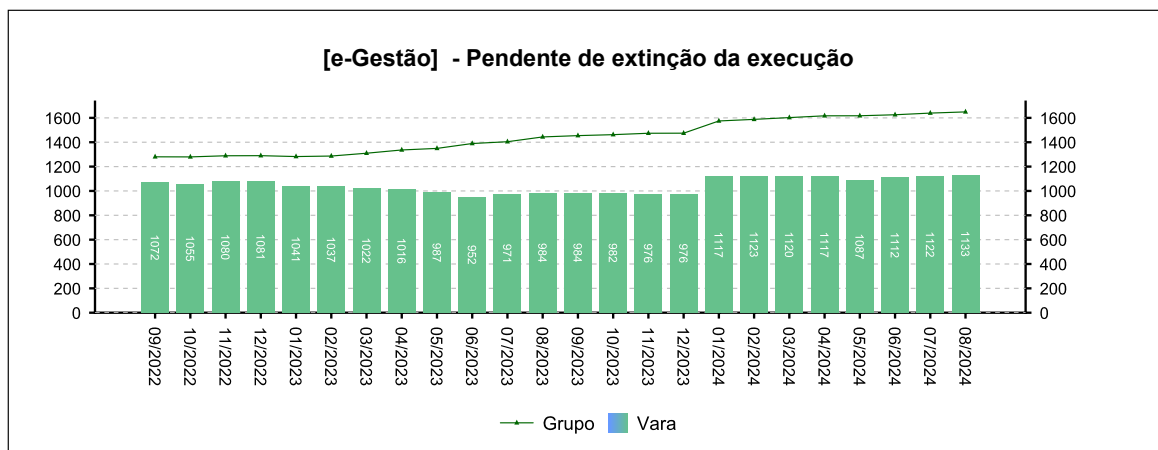
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	1.133	1.649	---
Encerrados pendentes de finalização na fase	58	91	---
Pendentes de finalização	1.191	1.740	---

Período: 12/2023 a 08/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





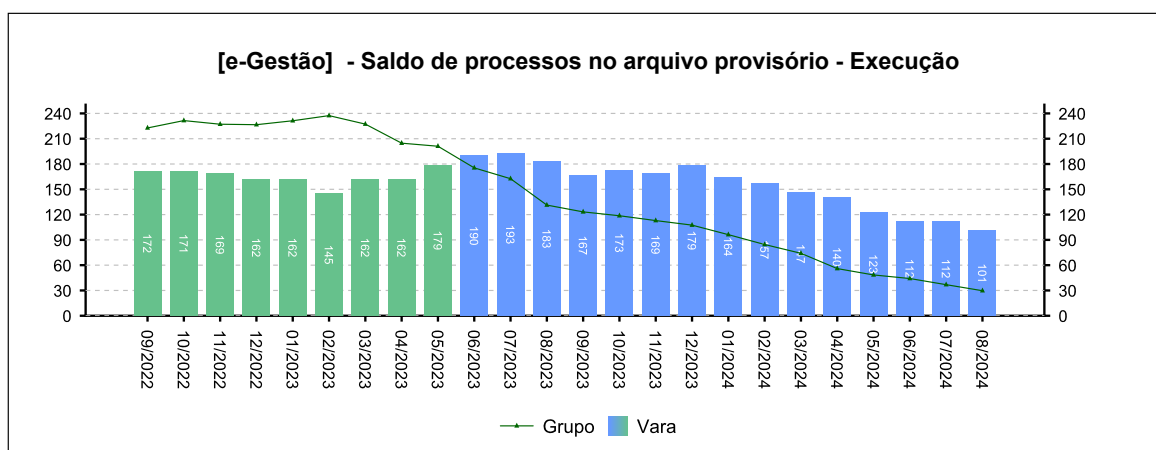
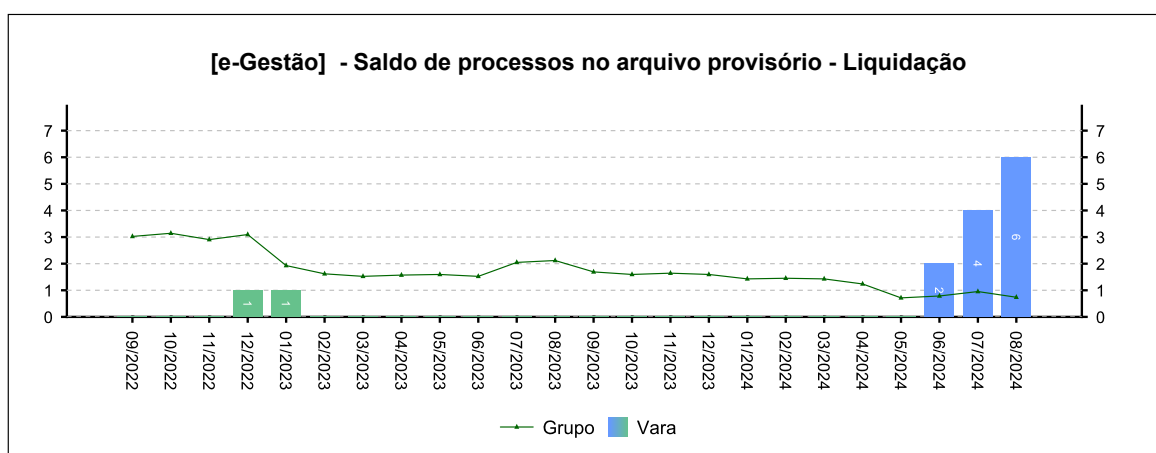
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	6	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	101	30	---

Período: 12/2023 a 08/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	1.807	1.695	---
Pendentes de finalização - Liquidação	558	790	---
Pendentes de finalização - Execução	1.191	1.740	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	6	1	---
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	101	30	---
TOTAL:	3.663	4.255	---

Período: 12/2023 a 08/2024





5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

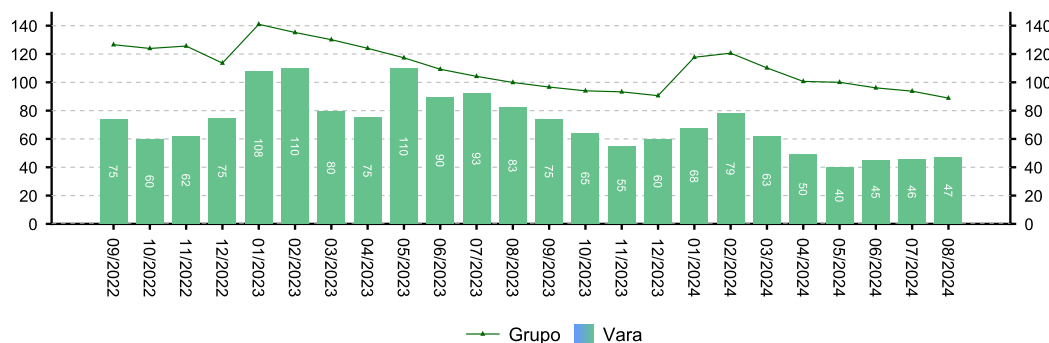
[Voltar](#)

5.1 - Fase de Conhecimento

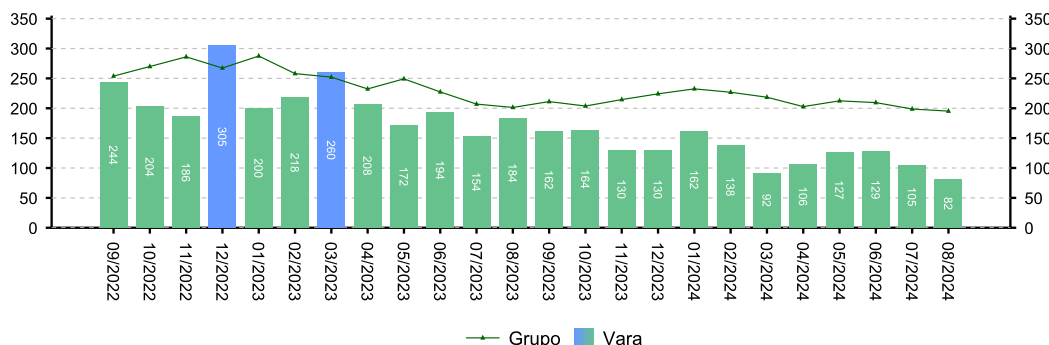
	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	1.148	54	101	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.397	112	211	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.358	137	226	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	835	33	24	---

Período: 12/2023 a 08/2024

[e-Gestão] - Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento



[e-Gestão] - Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução

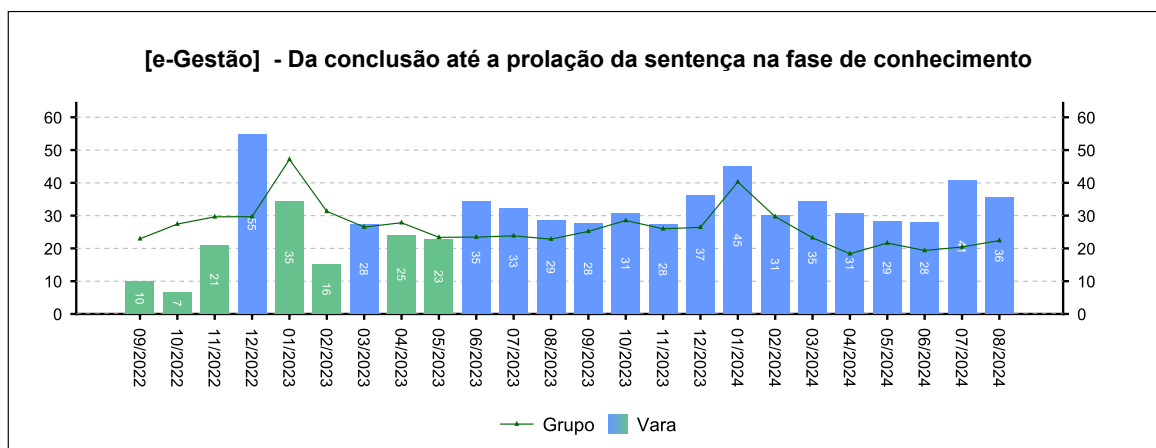
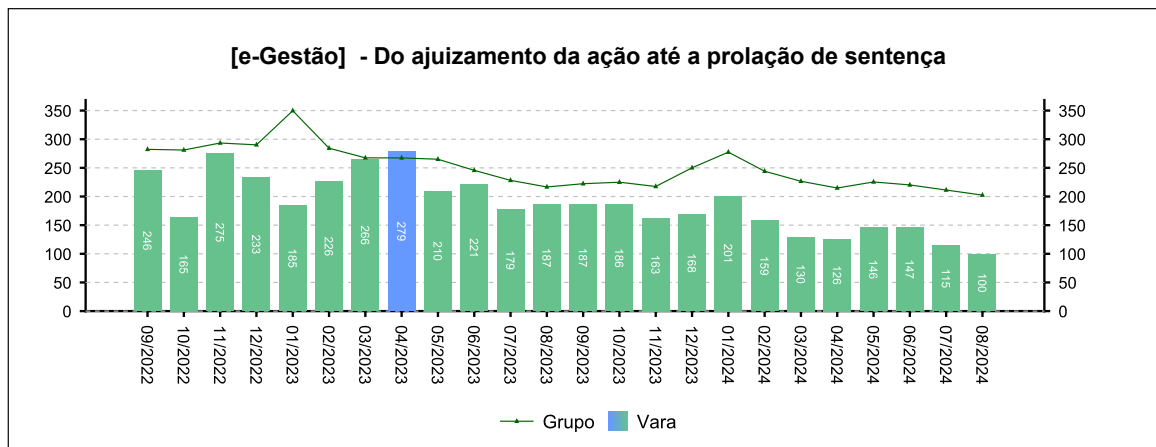




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST

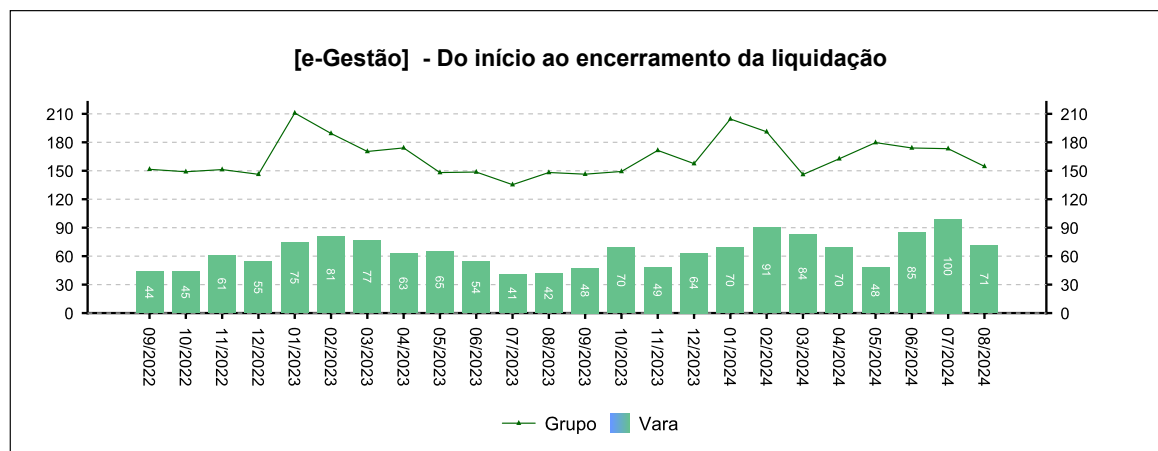


5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	501	75	170	---
Período: 12/2023 a 08/2024				



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



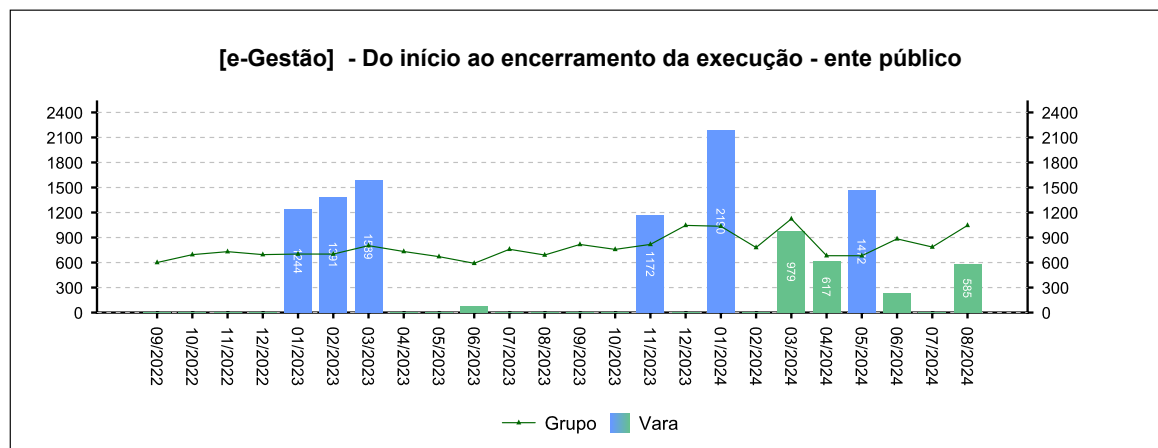
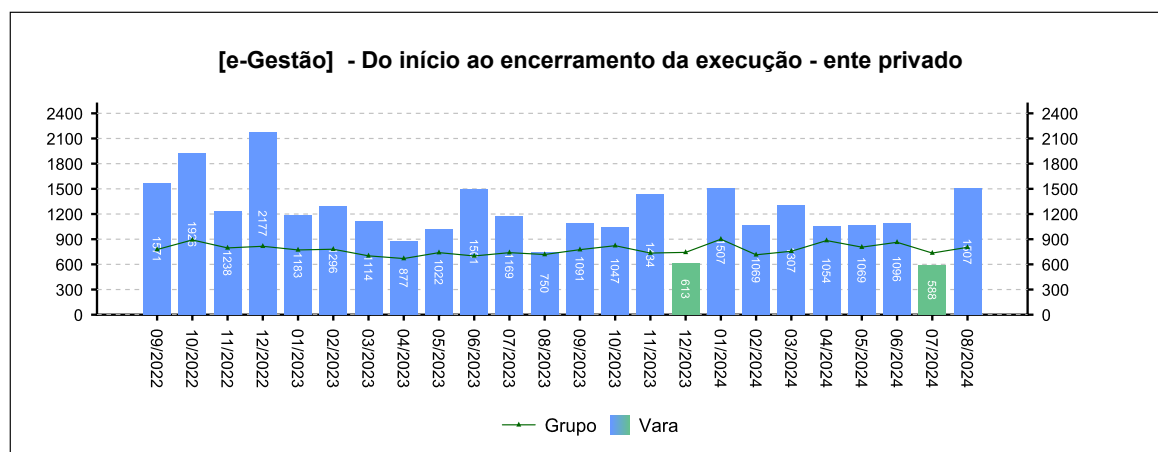
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	355	1.129	804	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	20	1.141	901	---
Total / Média	375	1.129	830	---

Período: 12/2023 a 08/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

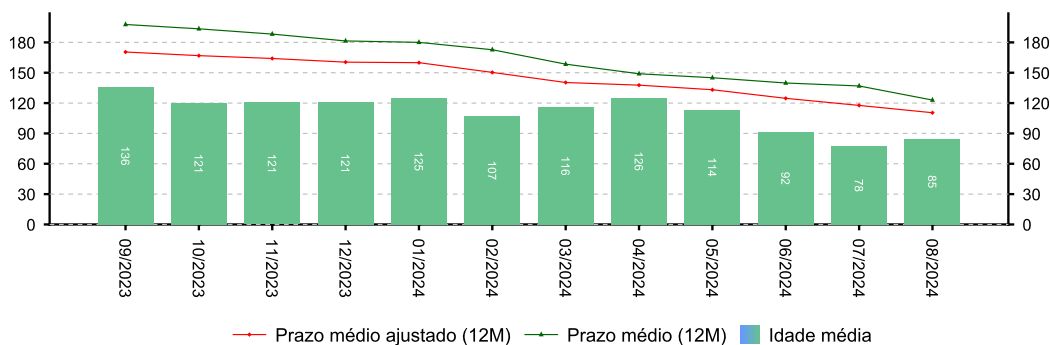
[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0010335-12.2021.5.15.0063	14/05/2021	08/04/2021	1.241
0010276-87.2022.5.15.0063	10/06/2022	22/03/2022	893
0010393-78.2022.5.15.0063	20/07/2023	21/04/2022	863
0010871-86.2022.5.15.0063	19/01/2023	28/07/2022	765
0011062-34.2022.5.15.0063	04/11/2022	29/08/2022	733

Período: até 08/2024

[Tempos de Tramitação] - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



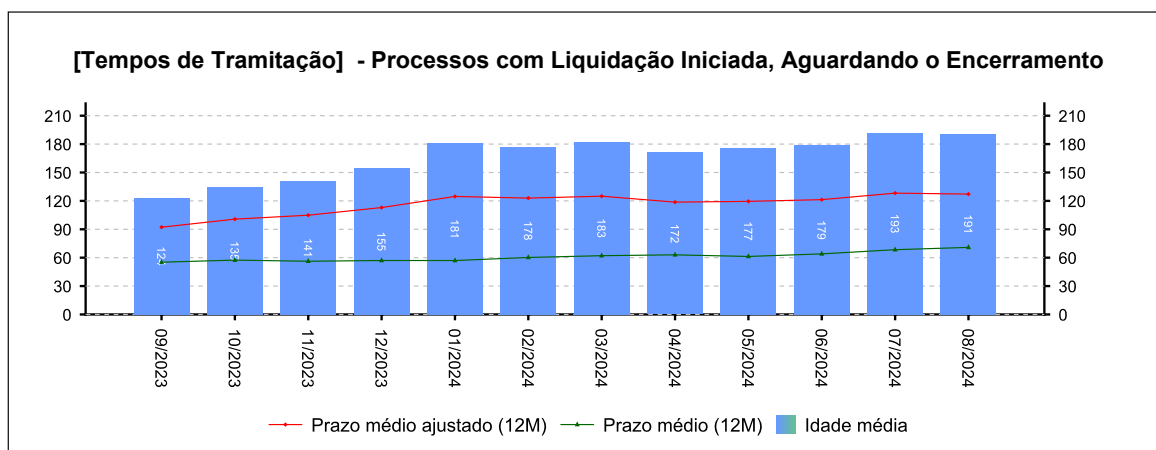
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0011231-31.2016.5.15.0063	07/06/2017	02/08/2016	2.642
0011356-96.2016.5.15.0063	10/07/2017	26/08/2016	2.609
0011351-74.2016.5.15.0063	10/07/2017	25/08/2016	2.609
0011232-16.2016.5.15.0063	10/07/2017	02/08/2016	2.609
0011536-15.2016.5.15.0063	10/07/2017	18/10/2016	2.609

Período: até 08/2024



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

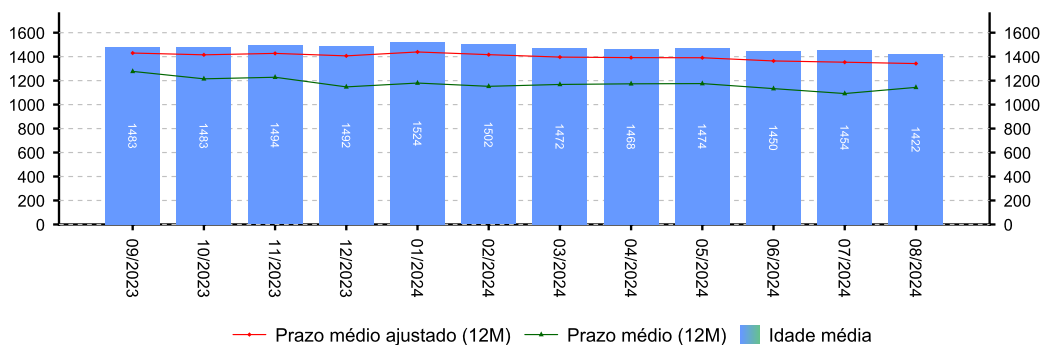
(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0110000-41.1997.5.15.0063	02/09/1997	18/06/1997	9.860
0130300-87.1998.5.15.0063	09/10/1998	26/06/1998	9.458
0207500-73.1998.5.15.0063	09/02/1999	05/10/1998	9.335
0120400-80.1998.5.15.0063	04/03/1999	12/06/1998	9.312
0003600-95.2000.5.15.0063	11/12/2000	12/01/2000	8.664

Período: até 08/2024

[Tempos de Tramitação] - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento



[IGEST]

Dados do "IGEST - e-SInCor" temporariamente indisponíveis.
Consulte os painéis do TST



6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	1241	85	123	110
Do Início ao Encerramento da Liquidação	2642	191	71	127
Do Início ao Encerramento da Execução	9860	1421	1144	1342
Período: até 08/2024				

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.





7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

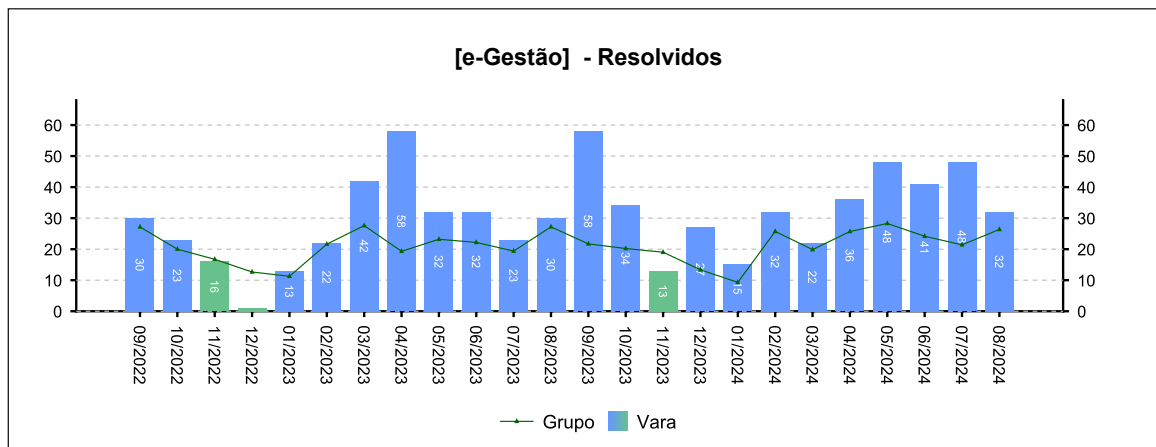
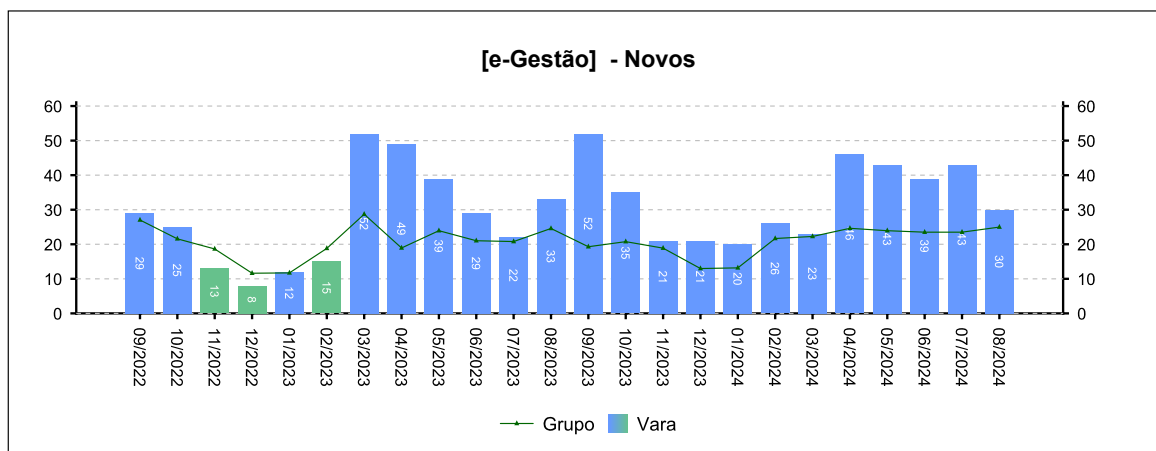
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
291	301	3

Período: 12/2023 a 08/2024

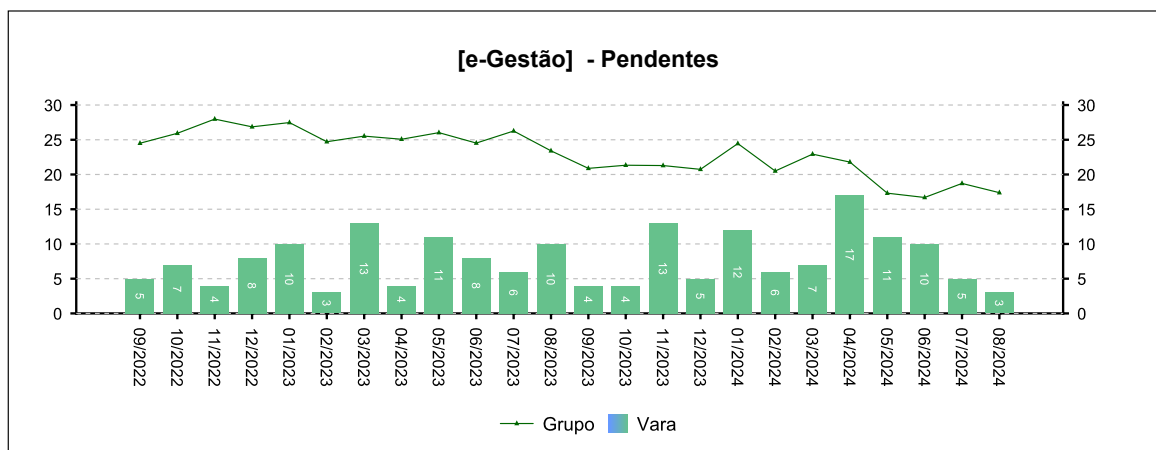




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração





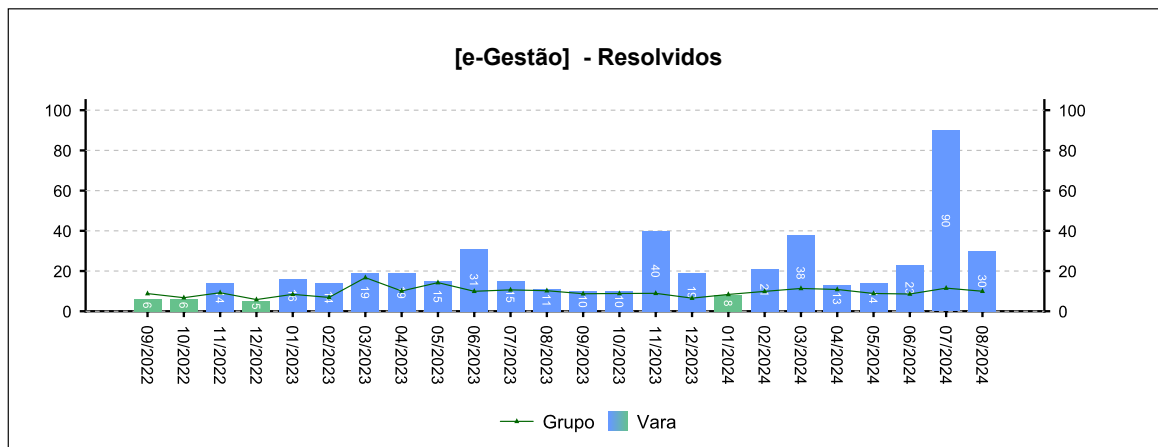
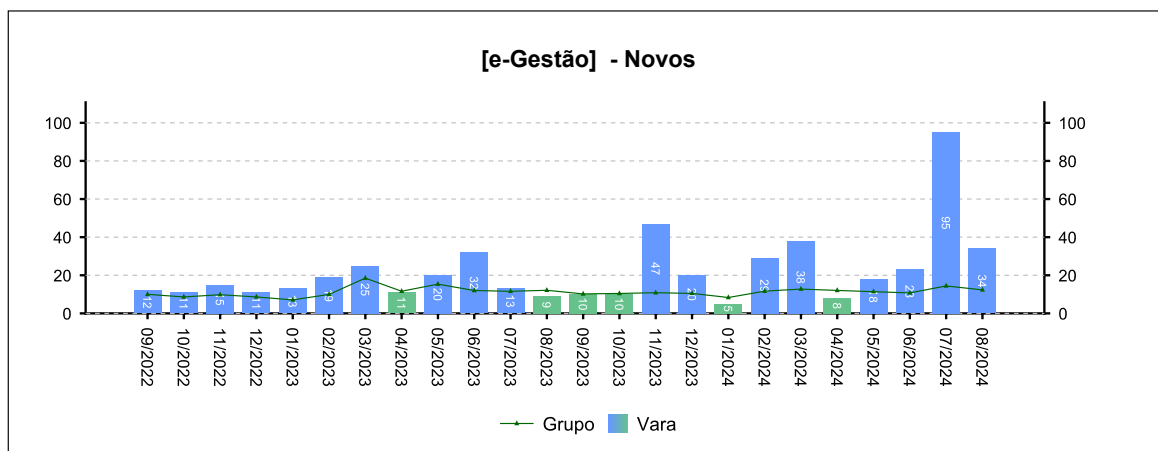
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
270	256	10

Período: 12/2023 a 08/2024

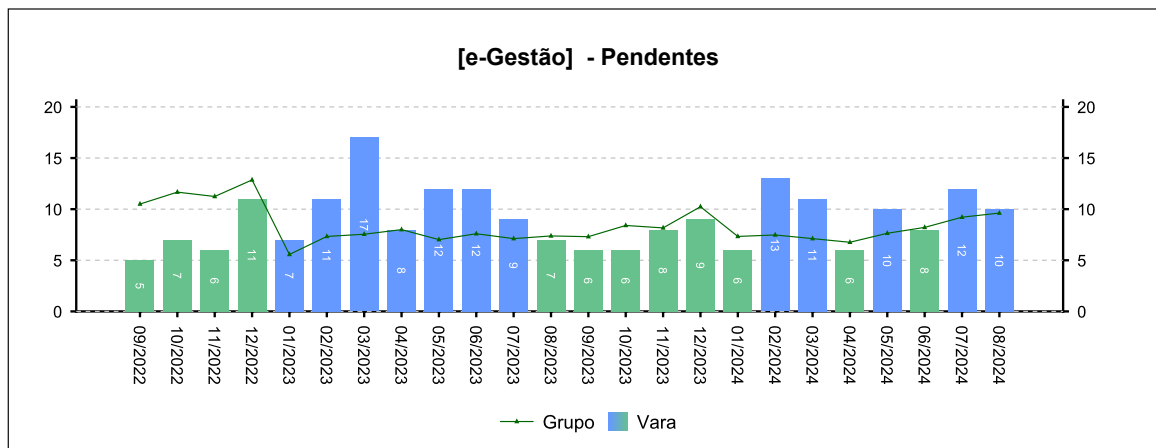




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias





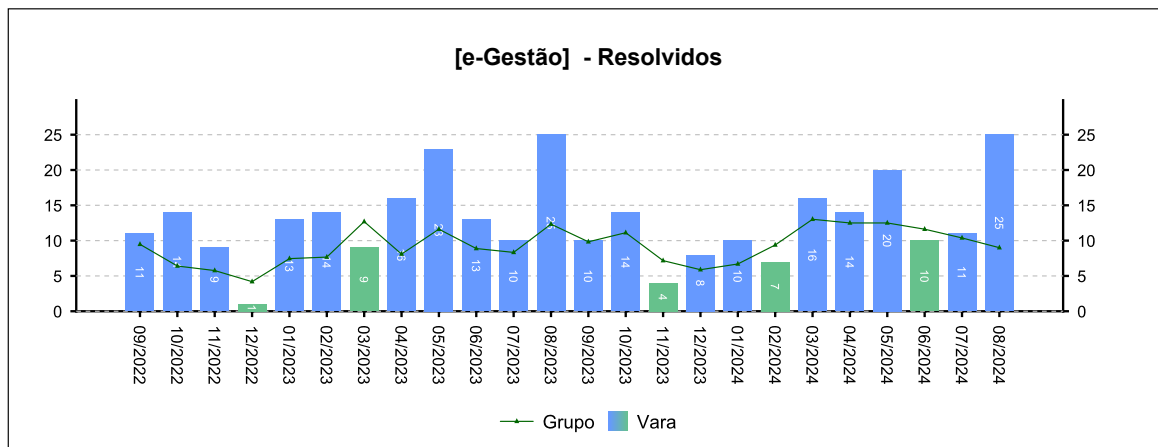
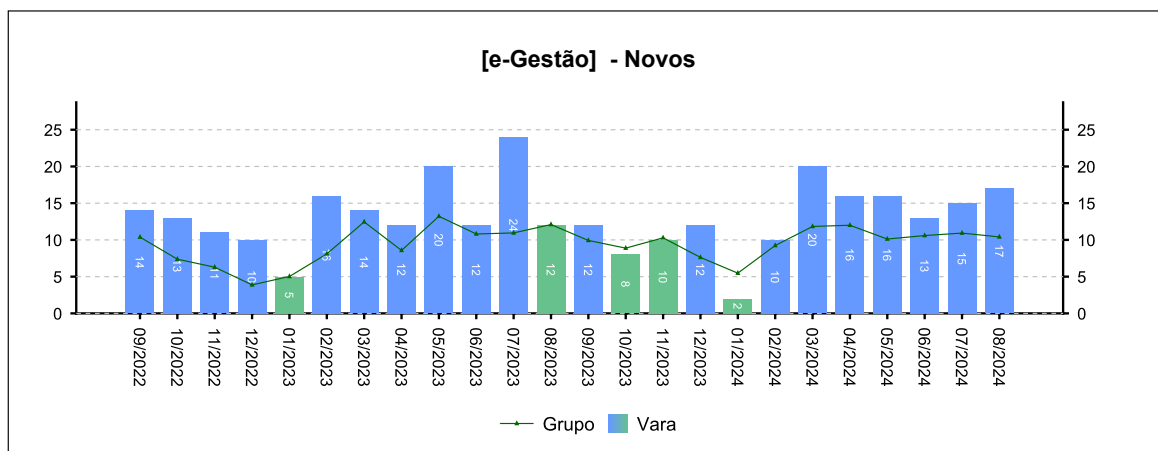
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
121	121	11

Período: 12/2023 a 08/2024

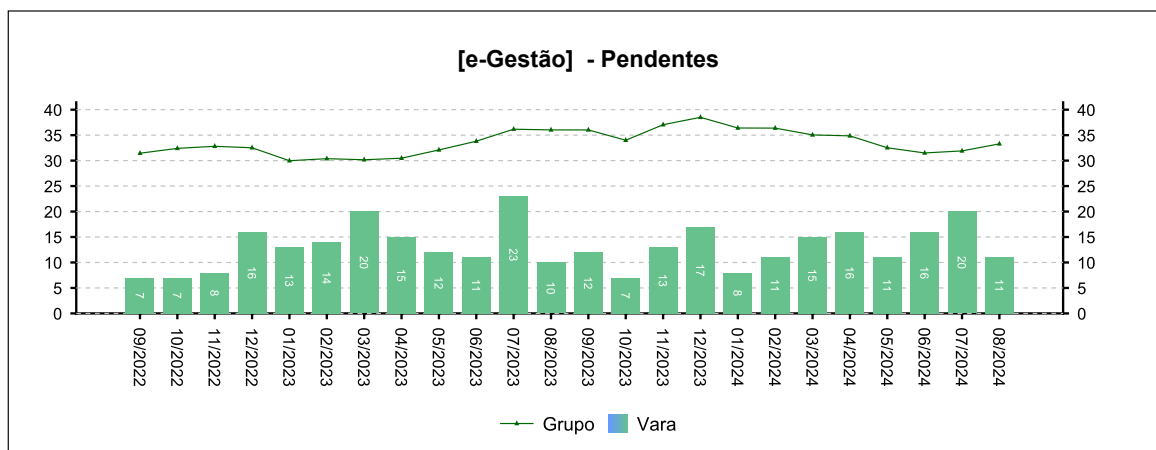




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
682	678	24
Período: 12/2023 a 08/2024		





8 - RECURSOS

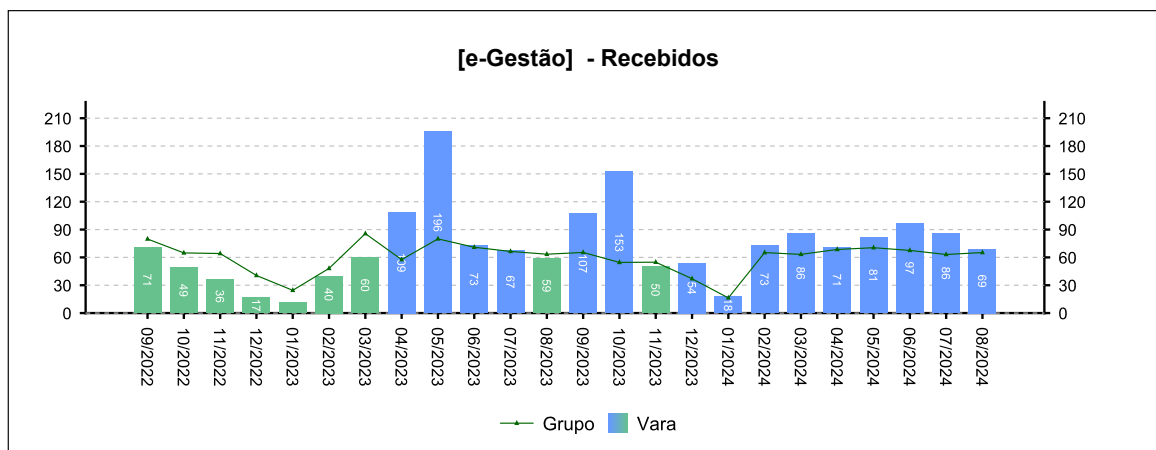
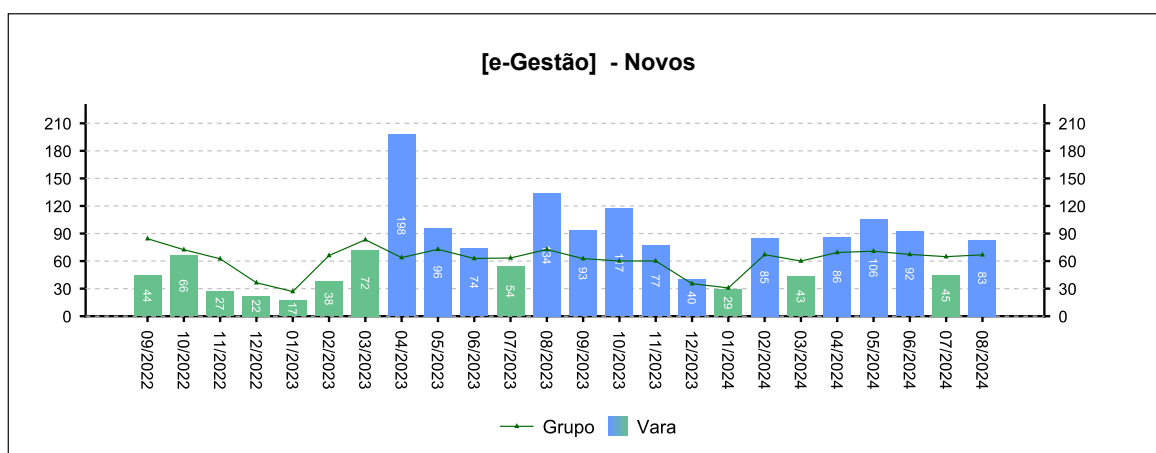
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
609	635	51

Período: 12/2023 a 08/2024

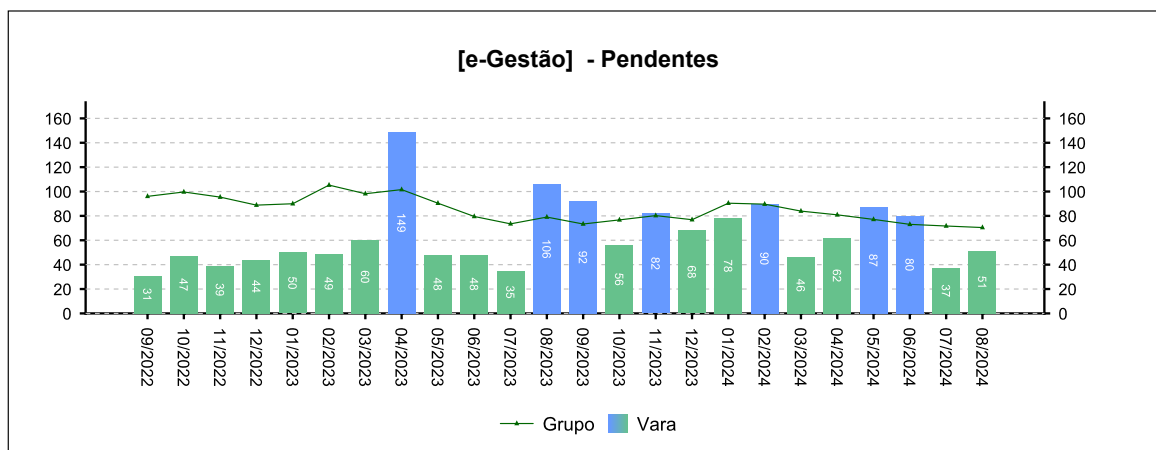




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário





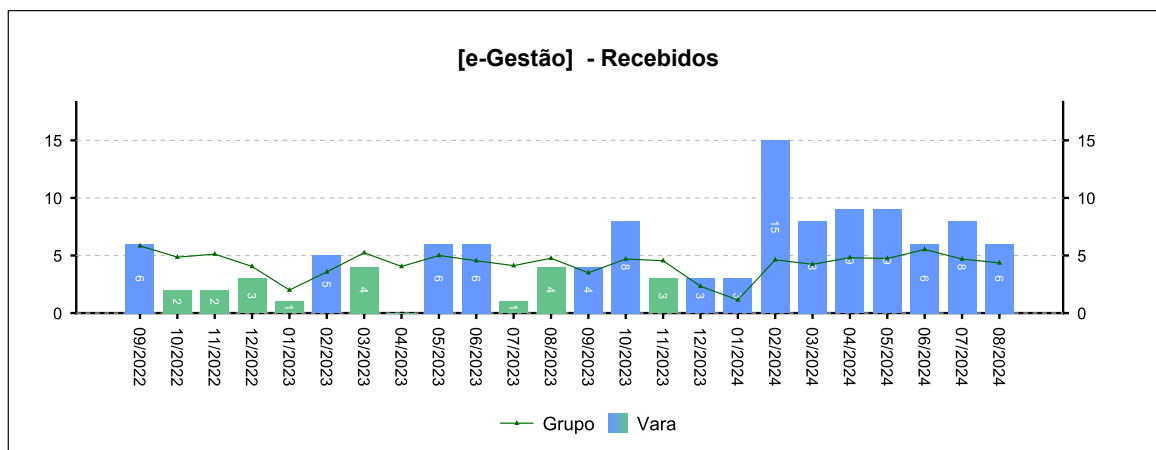
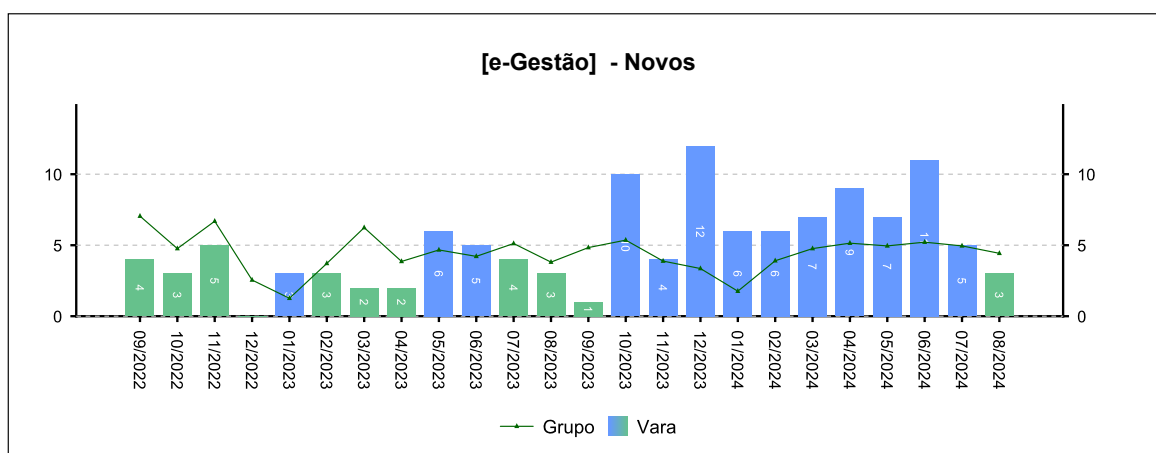
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
66	67	2

Período: 12/2023 a 08/2024

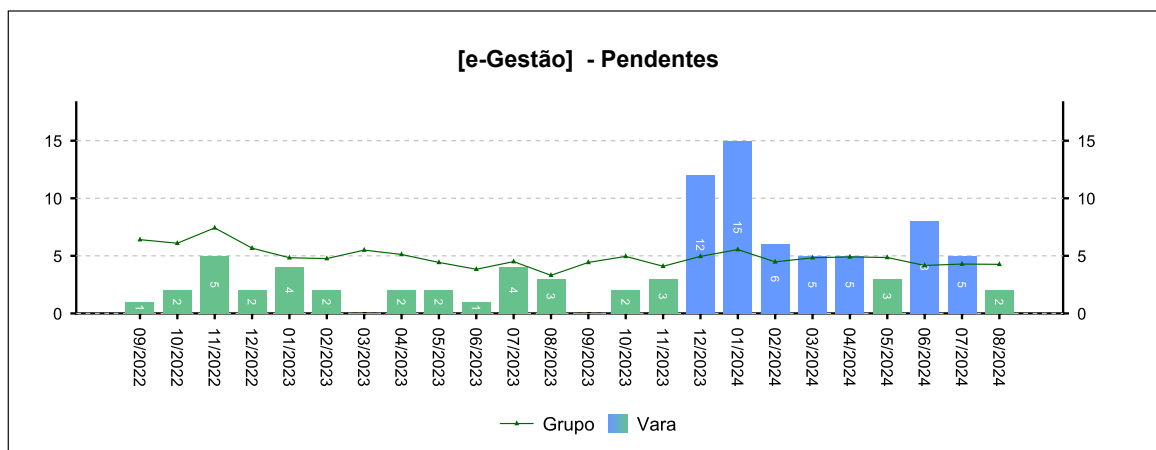




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





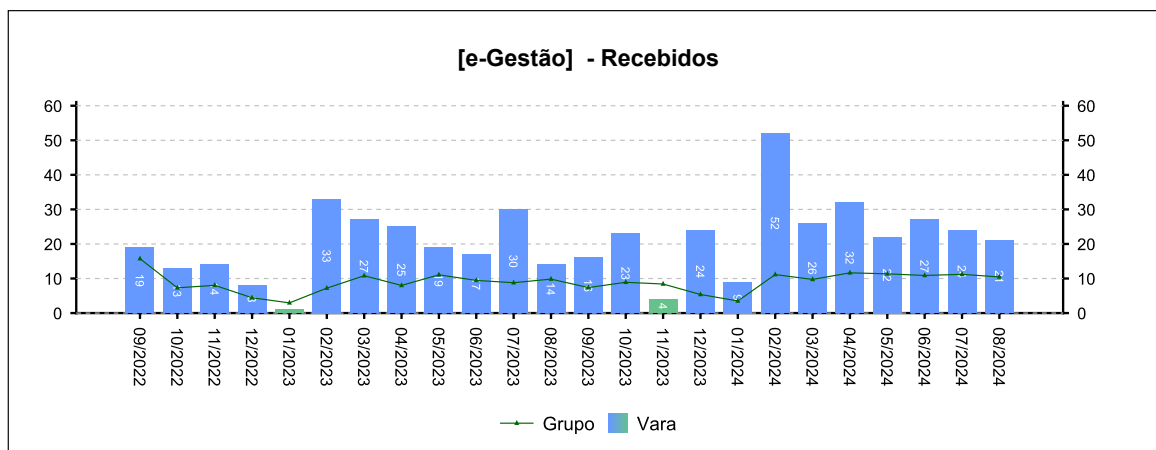
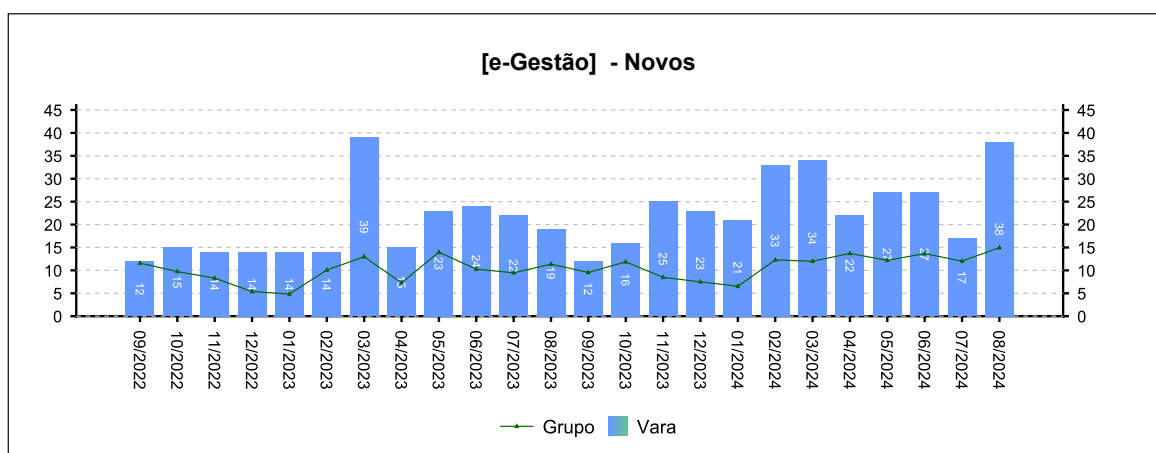
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
242	237	21

Período: 12/2023 a 08/2024

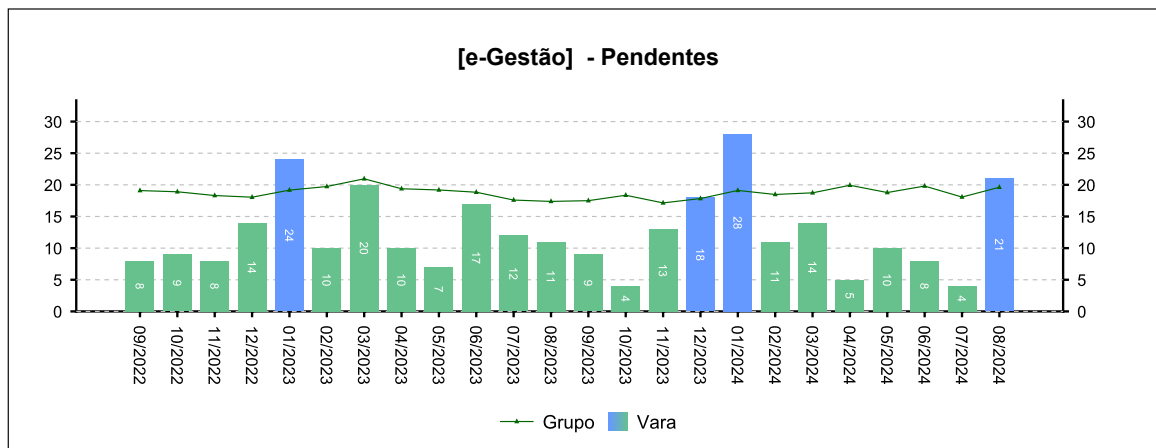




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





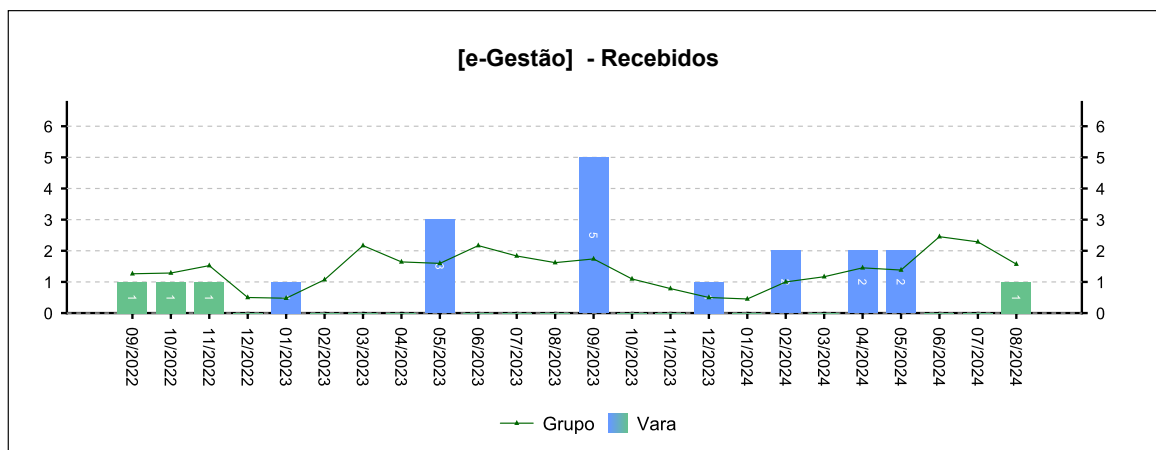
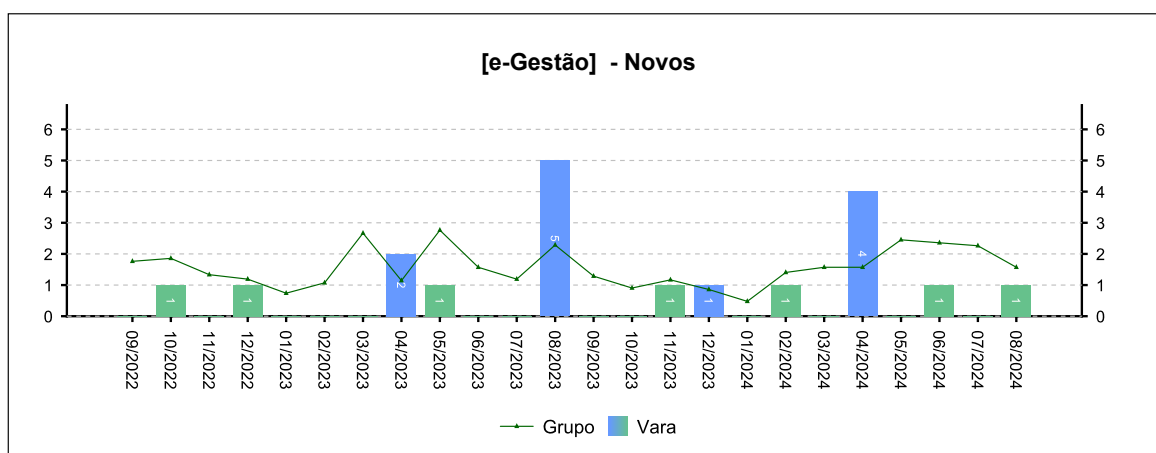
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADESSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADESSIBILIDADE
8	8	0

Período: 12/2023 a 08/2024

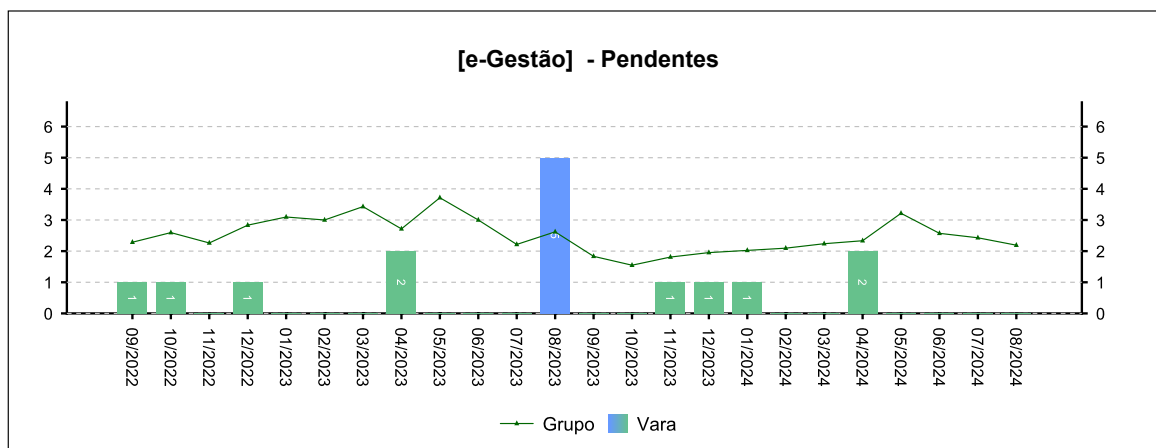




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
925	947	74
Período: 12/2023 a 08/2024		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Voltar](#)

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

Dados do IGEST não disponíveis.





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2023 a 08/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	826	68,8	39,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	878	73,2	41,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.704	142,0	80,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	189	15,8	8,9
Incidentes Processuais Resolvidos	871	72,6	41,1
Dias-Juiz	636	53,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.314	48,2	32,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	29.214	58,0	39,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	53.528	106,2	71,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.720	13,3	9,0
Incidentes Processuais Resolvidos	20.430	40,5	27,4
Dias-Juiz	22.352	44,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	106.891	58,2	34,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.499	74,3	43,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	243.390	132,6	77,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	32.213	17,5	10,3
Incidentes Processuais Resolvidos	100.521	54,8	32,2
Dias-Juiz	93.703	50,7	---

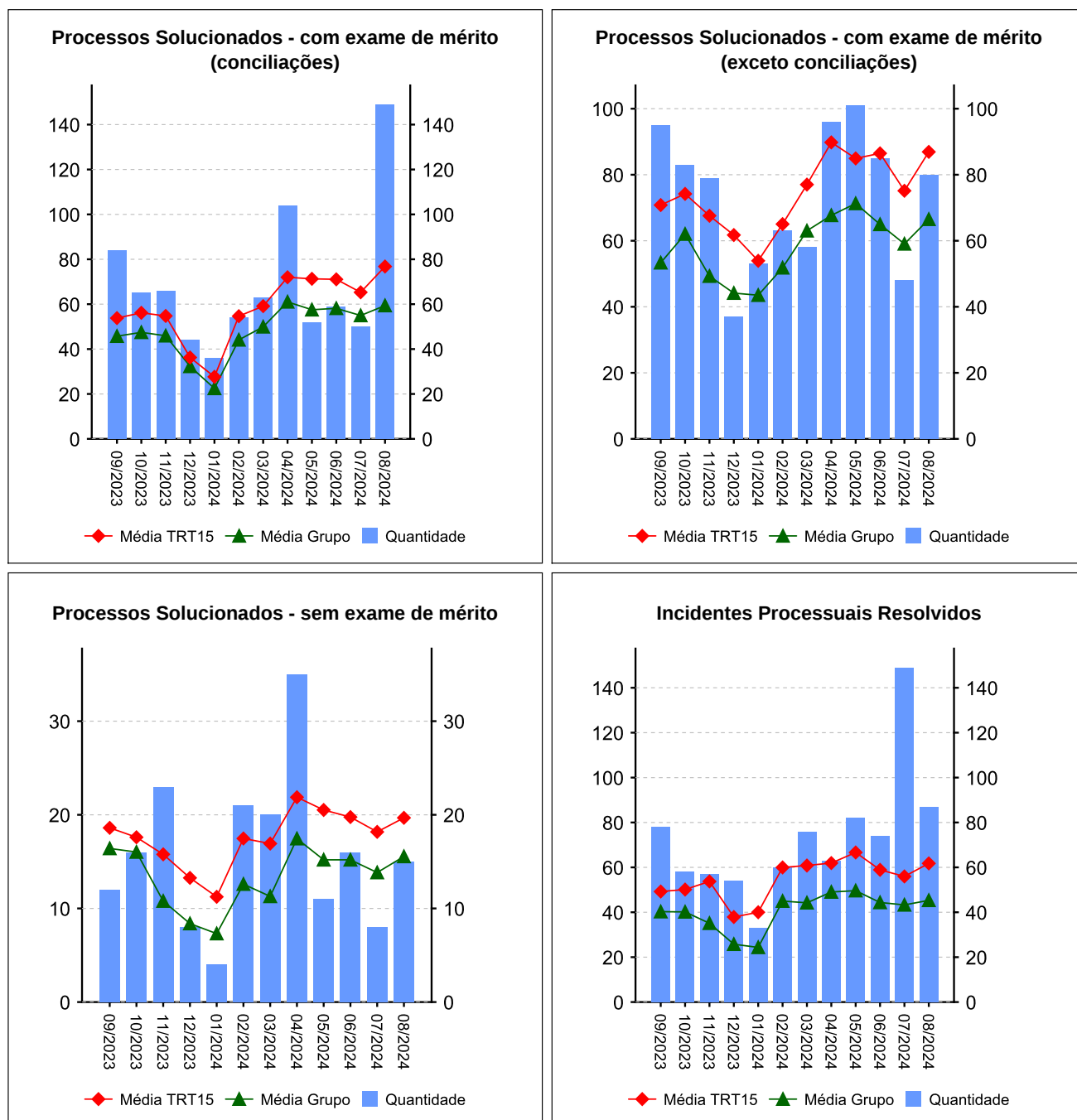
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2023 a 08/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [09/2023 a 08/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	518	43,2	24,4
Sessões de audiência realizadas - una	1.836	153,0	86,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	24	2,0	1,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	129	10,8	6,1
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.354	196,2	111,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	153	12,8	7,2
Dias-Juiz	636	53,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	22.352	44,3	---

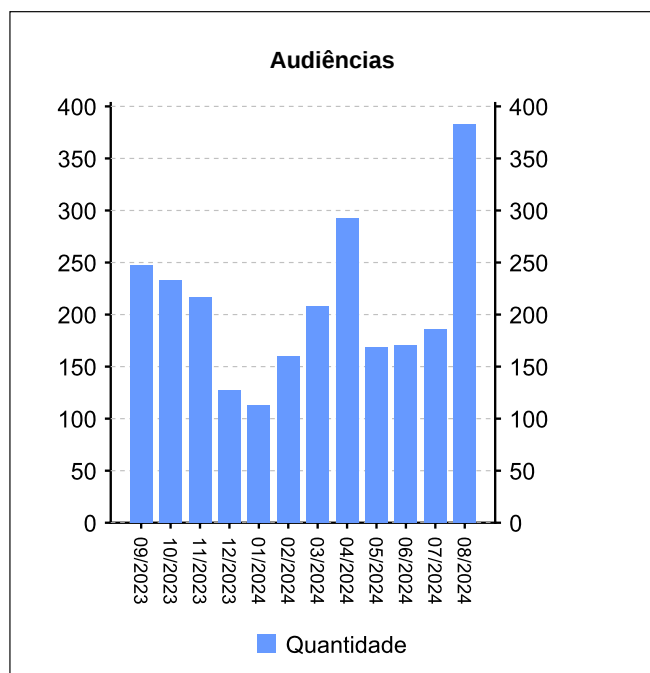
Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	93.703	50,7	---



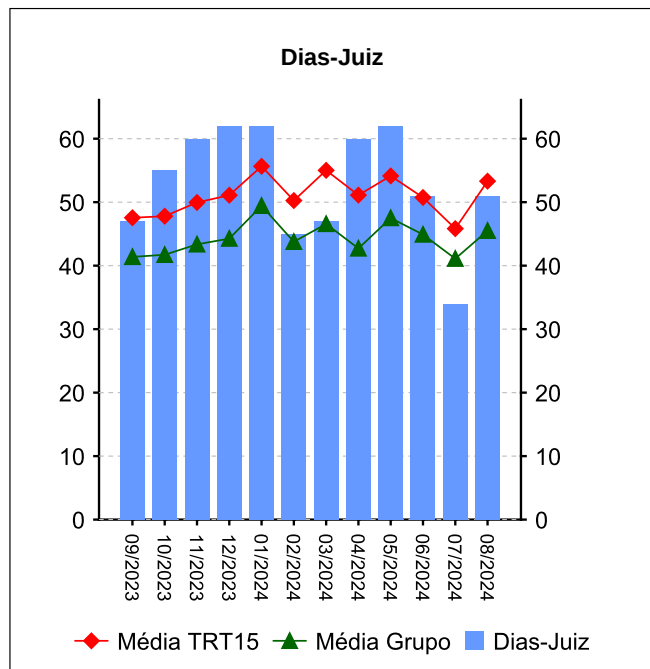
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [09/2023 a 08/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2023	6	0	0	36	205	247
10/2023	1	16	0	62	154	233
11/2023	1	10	0	49	157	217
12/2023	0	1	0	30	96	127
01/2024	0	10	0	23	80	113
02/2024	1	7	0	22	130	160
03/2024	2	11	0	36	159	208
04/2024	2	17	0	63	211	293
05/2024	0	5	0	48	116	169
06/2024	0	16	0	54	101	171
07/2024	1	18	0	43	124	186
08/2024	10	18	0	52	303	383
Total	24	129	0	518	1836	2507



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
09/2023	47
10/2023	55
11/2023	60
12/2023	62
01/2024	62
02/2024	45
03/2024	47
04/2024	60
05/2024	62
06/2024	51
07/2024	34
08/2024	51
Média Mensal	53,0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



[Voltar](#)

11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	1236
2022	1402
2023	1523
2024 (*)	1255
(*) Período: 01/2021 a 08/2024	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 17.716,25	R\$ 421.081,57	R\$ 1.635.842,77
Período: 12/2023 a 08/2024		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

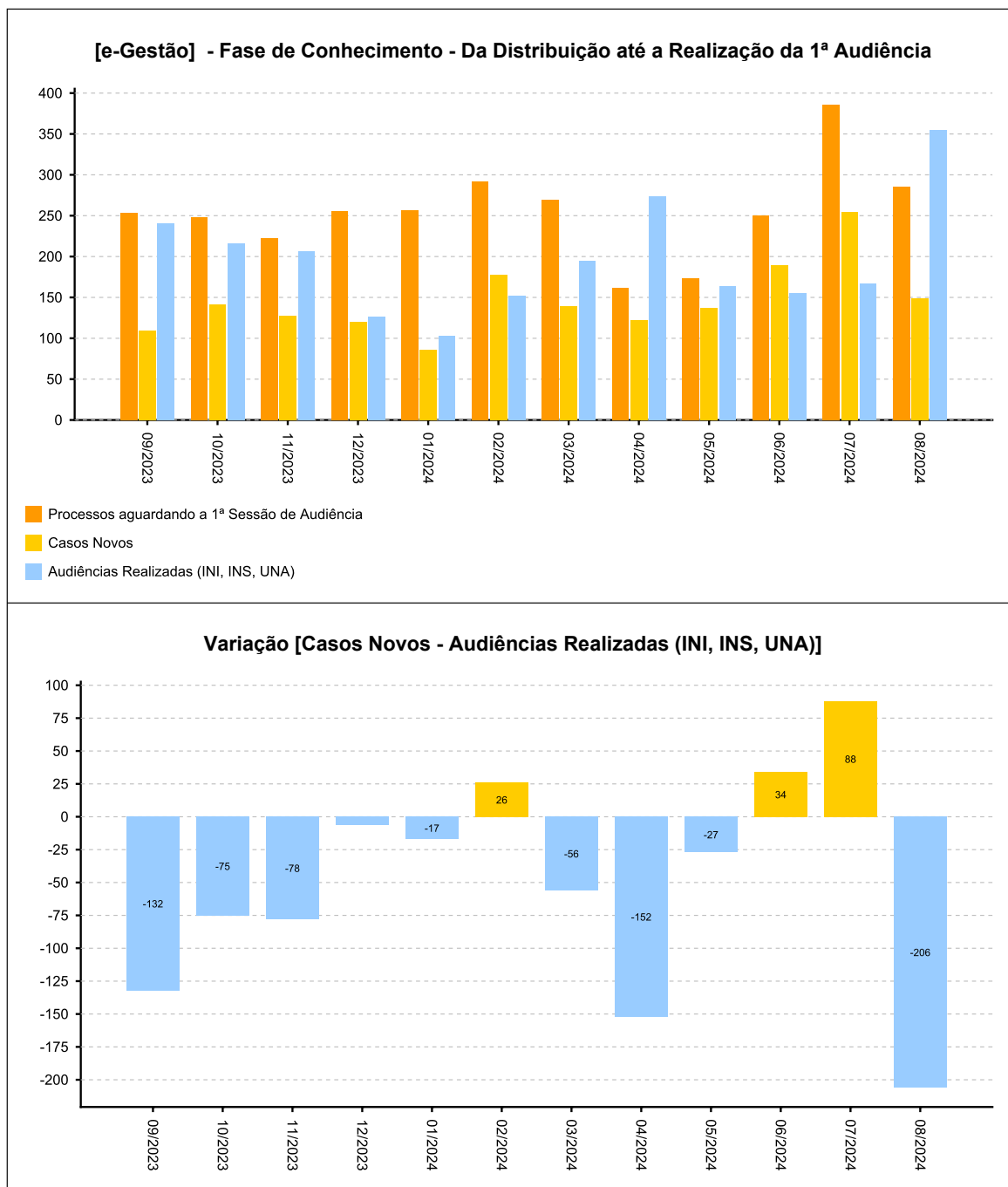
ANO	PROCESSOS
2021	1
2022	7
2023	45
2024	546
Período: até 08/2024	





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 08/2024]
(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 08/2024]

(fonte: e-Gestão)

